



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Jurídicas

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA
UNIDADE (PDU)
DO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
2022 a 2025**

**Instituto de Ciências
Jurídicas- UFPA**

**Belém/PA
2024**

**Reitor**

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração

Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitor de Extensão

Nelson Jose de Souza Junior

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitor de Relações Internacionais

Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cristina Kazumi Nakata Yoshino

Prefeito

Eliomar Azevedo do Carmo

Procuradora Geral

Fernanda Ribeiro Monte Santo



Diretora Geral do Instituto de Ciências Jurídicas

Valena Jacob Chaves

Diretora Adjunta

Luanna Tomaz de Souza

Secretaria Executiva

Wanilza Trindade Gama – Secretária Executiva

Eveline Vaz Costa – Secretária Acadêmica

Assessora Pedagógica

Mariana Trindade da Paz Wanzeler

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro

Coordenador de Ensino

Marcia Cristina dos Santos Rego

Coordenadora de Acompanhamento de Egressos

Patricia Kristiana Blagitz Cichovski

Coordenador de Prática Jurídica

Alexandre Coutinho da Silveira

Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos

Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro

Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas

Alexandre Coutinho da Silveira

Secretário do Núcleo de Práticas Jurídicas

Mário Domingos Castro Maranhão Wolf

Maria Beatriz Vieira Vital - Atendimento ao usuário

Regina Lucia Neves Pinto - Atendimento ao usuário

Coordenadora de Diversidade e Inclusão social

Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell

Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação

Marcelo Lavareda Santos

Divisão de Controle Financeiro e Planejamento

Rayane Sue Even Carneiro de Paiva

Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional

Divisão Administrativa

Roberto Pantoja Machado

Seção de Gestão de Pessoal

Seção de Registro e Controle de Material

Joyce Correa Fontes

Rui da Silveira

Seção de Infraestrutura

Jorge Rodrigues Bastos

Biblioteca Setorial

Karina Freitas Rodrigues - Chefe da Biblioteca do ICJ

Jessica Andrade Figueiredo – Bibliotecária

Samuel da Rocha Serruya - Atendimento ao usuário

Mariza de Nazaré R. da Costa - Atendimento ao usuário

Valfredo Nunes Teixeira - Atendimento ao usuário

Setor de Informática e Tecnologia da Informação

Thiago da Silva Viana

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

Breno Baía Magalhães

Vice- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães

Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito

Alessandra Liliane N. da A. Borges

Jessika Jhenniffer da S. Carvalho

Gleice de Jesus

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia

Luly Rodrigues da Cunha Fischer

Secretario do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia

Deivan Cristian Rodrigues de Sousa

Diretora da Faculdade de Direito

Maria Stela Campos da Silva

Vice-Diretora da Faculdade de Direito

Eliana Maria de Souza Franco Teixeira

Secretaria da Faculdade de Direito

Diego Marcelo de Miranda Barroso

Lemoel Silva Costa

Pedro Furtado Ferreira

Wuendy Campos da Silva

Coordenadora de Estágio

Luma Cavaleiro de Macedo Scaff



Congregação do Instituto de Ciências Jurídicas

NOME	REPRESENTAÇÃO
Prof ^a . Valena Jacob Chaves	Diretora Geral
Prof ^a Luanna Tomaz de Souza	Diretora Adjunta
Prof ^o . Breno Baía Magalhães	Coordenador do PPGD
Prof. ^a Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães	Vice-Coordenadora do PPGD
Prof ^a . Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith	Coordenadora do PPGDDA
Prof ^a Luly Rodrigues da Cunha Fischer	Vice-Coordenadora do PPGDDA
Prof ^a Maria Stela Campos	Diretora da Faculdade de Direito
Prof ^a Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	Vice-Diretora da Faculdade de Direito
Prof ^a Márcia Cristina dos Santos Rego	Coordenadora de Ensino da FAD
Prof ^o Alexandre Coutinho da Silveira	Coordenador de Prática Jurídica
Prof ^a Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro	Coordenadora de Pesquisa e Extensão do ICJ
Prof ^a <u>Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski</u>	Coordenadora de Acompanhamento de Egressos
Prof ^o Ricardo Dib Taxi	Coordenador de Diversidade e Inclusão do ICJ
Prof ^o Mário Sérgio Pamplona	Representante Titular dos professores Associados
Prof ^o Raimundo Wilson Gama Raiol	Representante Suplente dos professores Associados
Prof ^o Francisco Sérgio Silva Rocha	Representante Titular dos professores Adjuntos
Prof ^o Ronald Corecha Bastos	Representante Suplente dos professores Adjuntos
Marcelo Lavareda Santos	Coordenador da CPGA
Wanilza Trindade Gama	Representante dos Servidores Técnico- administrativos
Karina Freitas Rodrigues (Suplente)	Representante dos Servidores Técnico- administrativos

Wilson Coelho Santana Neto	Representante discente PPGD
Bruno Sodré Leão (suplente)	Representante discente PPGD
Raimundo Fabio Neri Rodrigues	Representante discente PPGDA
Antônio Thulio Souza Bessa (suplente)	Representante discente PPGDA
Gabriela da Silva Nascimento	Representante discente
Cauet de Araújo Corrêa Formigosa (suplente)	Representante discente
Lucas Aquino de Moraes	Representante discente
Heitor Araújo do Nascimento (suplente)	Representante discente



CONSELHO DA FACULDADE

NOME	CONDIÇÃO
Direção E Coordenação Da Faculdade	
Profa. Dra. Maria Stela Campos da Silva	Diretora
Profa. Dra. Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	Vice-Diretora
Profa. Dra. Márcia Cristina dos Santos Rêgo	Coordenadora De Ensino
Profa. Dra. Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff	Coordenadora De Estágio Não-Obrigatório
Representação Docente	
Eixo Formação Fundamental	
Profa. Dra. Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães	Titular
Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos	Suplente
Eixo Formação Profissional	
Direito Civil	
Profa. Dra. Márcia Cristina dos Santos Rêgo	Titular
Prof. Dr. Dennis Leite	Suplente
Prof. Dr. Ricardo Dib Taxi	Suplente
Direito Empresarial	
Profa. Dra. Luma Cavaleiro de Macedo Scaff	Titular
Profa. Dra. Luciana Gluck Paul	Suplente
Direito Social	
Prof. Dr. João Daniel Daibes Resque	Titular
Prof. Dr. Breno Baía Magalhães	Suplente
Prof. Me. Wilson Rodrigues Ataíde Junior	Suplente
Direito Difusos E Coletivos	
Profa. Dra. Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith	Titular
Prof. Dr. Aleph Hassan Costa Amin	Suplente
Prof. Dr. Francisco Sérgio Silva Rocha	Titular
Profa. Dra. Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro	Suplente
Profa. Dra. Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski	Suplente
Direito Penal	
Prof. Dr. Raimundo Wilson Gama Raiol	Titular
Profa. Dra. Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell	Suplente
Direito Processual	
Prof. Dr. Alex Lobato Potiguar	Titular
Profa. Dra. Gisele Santos Fernandes Góes	Suplente

Eixo Formação Prática

Prof. Dr. Alexandre Coutinho da Silveira	Titular
Profa. Dra. Maria Alida Soares Van Den Berg	Suplente

Representação Técnicos-Administrativos

Diego Marcelo de Miranda Barroso	Titular
Mario Domingos Castro Maranhão Wolf	Suplente
Aleksandra do Socorro Marques Barreto	Titular
Regina Lúcia Neves Pinto	Suplente

Representação Discente

Gabriela da Silva Nascimento	Titular
Francisco Manoel Nascimento Barbosa	Suplente
Maria Eduarda de Oliveira Rodrigues	Titular
João Paulo Ferreira Malcher	Suplente
Lucas Aquino de Moraes	Titular
Ygor Alexandre Jaques Moreira	Suplente
Heitor Araújo do Nascimento	Titular
Leandro da Silva Ferreira Leal	Suplente
Shalana Emily Rosa da Silva	Titular
Bárbara Cristina Sarmento Paixão	Suplente



COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Presidente

Saulo Monteiro Martinho de Matos

Membros - Docentes

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Antônio Gomes Moreira Maués

Celso Antônio Coelho Vaz

Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro

Daniella Maria dos Santos Dias

Dennis Verbicaro Soares

Eliane Cristina Pinto Moreira

Fernando Facury Scaff

Girolamo Domenico Treccani

Jane Felipe Beltrão

Jean Francois Yves Deluchey

Jose Cláudio Monteiro de Brito Filho

Jose Heder Benatti

Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin

Luly Rodrigues da Cunha Fischer

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff.

Marcus Alan de Melo Gomes

Maria Stela Campos da Silva

Ney Stany Moraes Maranhão

Pastora do Socorro Teixeira Leal

Paula Regina Arruda de Azevedo

Paulo Sergio Weyl Albuquerque Costa

Rosalina Moitta Pinto Da Costa

Saulo Monteiro Martinho De Matos

Valena Jacob Chaves

Victor Sales Pinheiro

Representantes - Discentes

Filipe Augusto Oliveira Rodrigues

Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro

Representantes - Técnicos Administrativos

Jessika Jhennifer da Silva Carvalho

Maria Beatriz Vieira Vital

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), elaborado em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2025 da Universidade Federal do Pará - UFPA.

O PDU foi concebido de forma a auxiliar o cumprimento da missão Institucional que é de “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma “Sociedade inclusiva e sustentável”.

A premissa fundamental de produção do PDU é sintonizar nossas atribuições no sentido de projetar o futuro do nosso Instituto por meio de metas definidas pelos setores. Desta forma, podemos caracterizar o PDU como sendo algo dinâmico. Ou seja, nele iremos apresentar o ponto de partida, como se encontra no ponto inicial o Instituto, e preveremos o ponto em que almejaremos chegar, considerando o período de vigência informado. Contudo, o ‘almejar’ que pretendemos alcançar não é traçado de maneira alheia a nossa realidade. Para isso, construiremos o nosso ‘almejar’ de maneira estruturada, com projetos e metas determinados.

Neste PDU estão inseridas as metas para os anos de 2022-2025, disponibilizando para esta Unidade um instrumento de gestão contínuo. Ressalta-se que quando se traça metas sabe-se de antemão que talvez não se alcance todas as previsões, no entanto, constitui-se um desafio para todos e um caminho a ser percorrido em busca de resultados e soluções.

Belém (PA), ____ de _____ de 2022

Profa. Dra. Valena Jacob Chaves
Diretora Geral do ICJ-UFPA

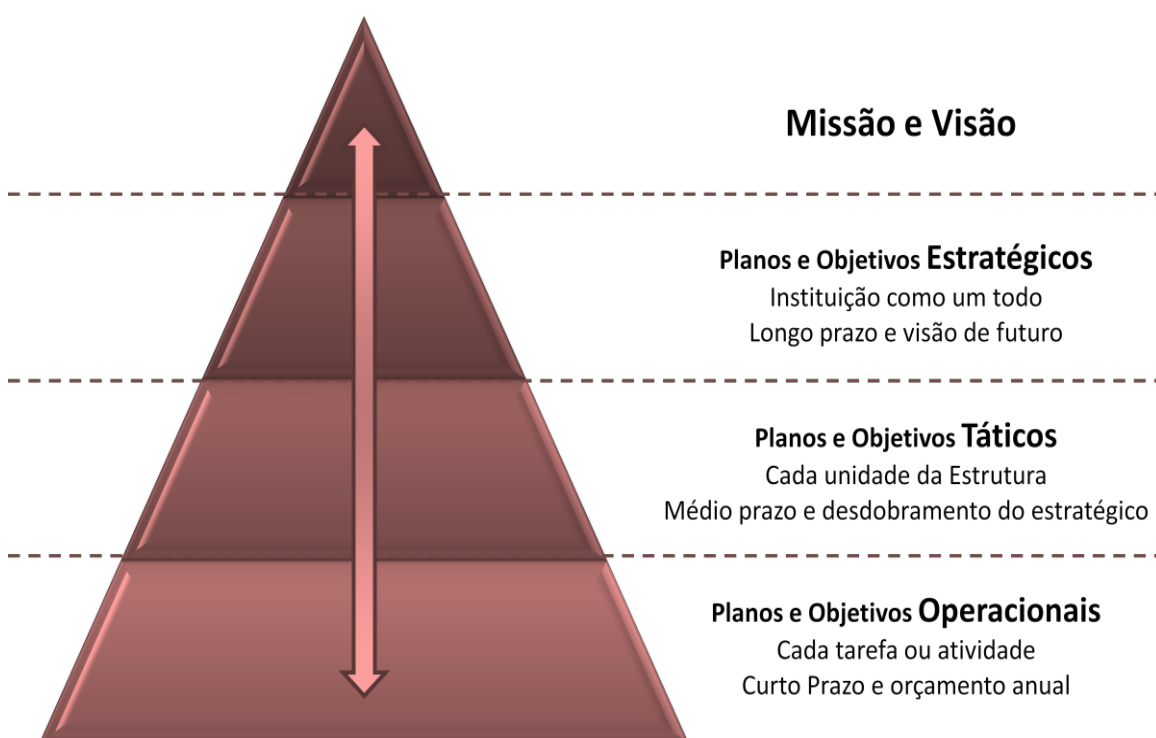
Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO	13
1. Histórico	15
2. Organização Acadêmico-Administrativa	18
2.1 Organograma	19
2.2 Competências.....	19
3. Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito	39
3.1 Faculdade de Direito (ICJ/UFPA)	39
3.2 Pós-Graduação em Direito (PPGD/ICJ/UFPA)	39
3.2.1 Pós-Graduação stricto sensu.....	45
3.2.2 Pós-Graduação Lato Sensu.....	46
3.3 Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Erro! Indicador não definido.
3.3 Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA/ICJ/UFPA).....	48
4. Infraestrutura Física.....	54
5. Planejamento de pessoal do ICJ	59
5.1 Dirigentes da Unidade	59
5.2 Apresentação do perfil dos Técnicos-Administrativos e suas áreas de lotação no ICJ	60
8. Planejamento Tático	68
a. Missão.....	69
b. Visão	70
c. Princípios	70
d. Ações, indicadores e metas.....	71
e. Gestão do Plano	80
Implementação	81
Monitoramento.....	81
Avaliação	81
Controle.....	81
BIBLIOGRAFIA.....	84

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Instituto de Ciências Jurídicas trata do desdobramento da estratégia da Universidade Federal do Pará por meio de um planejamento tático, traduzindo os objetivos gerais e as estratégias da alta administração em objetivos e metas mais específicas e claras para as unidades.

Figura 1: Níveis de atuação do planejamento



Fonte: Elaborado pelos autores

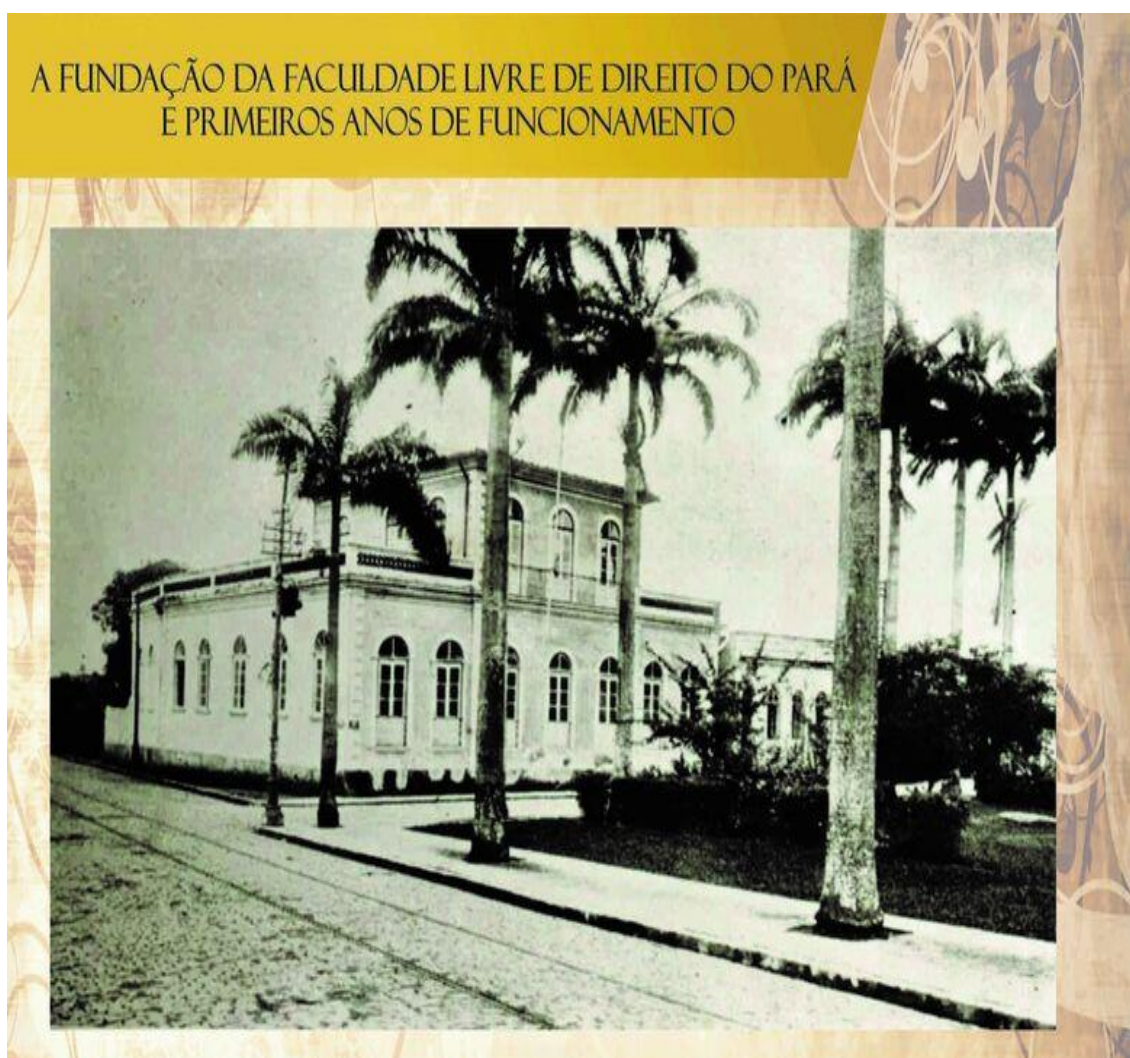
A elaboração deste PDU seguiu a organização e modelos sugeridos pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), com as devidas adequações necessárias para que esteja de acordo com as características do ICJ. Neste sentido, este PDU apresenta as metas e as ações que serão priorizadas através da potencialização dos recursos disponíveis e necessários para o alcance dos objetivos contidos neste documento.

A Elaboração do PDU do ICJ ocorreu de maneira democrática e pública, com a participação de todos os setores da Instituição. Por meio de reuniões realizadas, setoriais e conjuntas, decidiu-se na fragmentação de proposições por setor, com a criação de metas e ações para os anos contemplados neste PDU. Em momento posterior, foram reunidos os documentos produzidos nos setores para a composição de um único. Este, por seu turno, e após as delimitações devidas com base em nossas realidades, foram as bases que constituíram este PDU.

1. Histórico

A história do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), que é um dos mais antigos do país, datado de 1902, é o próprio marco do ensino do Direito no Norte do País. Em 2020, ele comemora 118 anos de existência e 40 anos que teve a sede transferida do antigo casarão situado no Largo da Trindade, em Belém, - onde passou a funcionar a sede da Ordem dos Advogados do Brasil seção Pará (OAB-PA) - para integrar o hall de cursos da UFPA, no campus do Guamá.

Imagem 1. Antigo casarão situado no Largo da Trindade



Fonte: Retirado do acervo do ICJ

Inicialmente, a **Faculdade Livre de Direito** teve seu Curso mantido por verbas públicas a pedido do então Governador do Estado, Augusto Montenegro, junto ao poder Legislativo Estadual.

Em 17/09/1931, a Faculdade deixou de ser livre para ser Estadual e, dezenove anos depois, finalmente, se tornar Federal e em 1957, se juntar à outras Faculdades existente no Estado.

Essa junção marcou o início da formação da Universidade Federal do Pará, por Faculdades movidas por transformações e necessidades de mudanças no Ensino Federal de Graduação, agrupando-se em áreas de interesse, surgindo dessa maneira os Centros.

Mais tarde, a nomenclatura de Centro foi substituída por Instituto - O Instituto de Ciências Jurídicas, que passou a abrigar a Faculdade de Direito, englobando o Ensino de Graduação, Pesquisa e Extensão. Em 1994, o Curso de Direito foi interiorizado para os Campi de Santarém e Marabá. No mesmo ano, também foram implantados os Cursos de Pós-Graduação permanentes.

O ICJ é disciplinado pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPA, pelo seu Regimento e pelas normas complementares que forem baixadas pelos Órgãos Deliberativos da Administração Superior e, na esfera de sua competência, pelas Resoluções de sua Congregação.

O ICJ é órgão interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, que tem como objetivos proporcionar o ensino por meio de cursos regulares de graduação e de pós-graduação, bem como a pesquisa e a extensão na forma do Estatuto e do Regimento Geral da UFPA.

Para a realização de seus objetivos, o Instituto de Ciências Jurídicas deverá cumprir a política de ensino, de pesquisa e de extensão na forma prevista no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA, em consonância com as diretrizes dos projetos pedagógicos de suas subunidades acadêmicas, por meio de uma programação anual estabelecida pela Congregação e supervisionada pela Coordenação Acadêmica.

Para a consecução dos seus objetivos, o Instituto de Ciências Jurídicas promoverá: I- Permanente avaliação de seus projetos pedagógicos; II- O planejamento das políticas de extensão e pesquisa em consonância com as diretrizes dos projetos pedagógicos de suas subunidades acadêmicas.

O Instituto de Ciências Jurídicas poderá propor a celebração de acordos com entidades nacionais e estrangeiras.

▪ **Missão:**

Produzir, difundir e aplicar o conhecimento jurídico, através da pesquisa, ensino e extensão, visando à formação de profissionais habilitados a contribuir para o fortalecimento de relações sociais, culturais e econômicas, em especial na Amazônia, pautadas pela ética, solidariedade e justiça.

▪ **Visão:**

Constituir-se em Centro de excelência no ensino, pesquisa e extensão das Ciências Jurídicas, visando a qualificação profissional com ênfase nas questões amazônicas.

Por toda sua história de funcionamento, o ICJ apresentou à frente de sua gestão os seguintes dirigentes:

Quadro 1. Histórico dos dirigentes da Unidade

NOME DIRIGENTE	PERÍODO DA GESTÃO
Milton Augusto de Brito Nobre	01/1998 a 12/1999
Luiz Fernando de Paiva Neves	08/2000 a 08/2004
Luiz Fernando de Paiva Neves	12/2004 a 12/2007
Antônio José de Mattos Neto	05/2008 a 05/2012
Antônio José de Mattos Neto	05/2012 a 05/2016
José Heder Benatti	05/2016 a 05/2020

Os fatos históricos relevantes de implementação e desenvolvimento da Unidade são apresentados abaixo ordenados cronologicamente:

- ❖ 1902 – Criação da Faculdade Livre de Direito;
- ❖ 1931 – A faculdade Livre de Direito passou a ser Estadual;
- ❖ 1957 – A Faculdade de Direito deixou de ser estadual para ser Federal;
- ❖ 1984 - Foi reconhecido pela CAPES o Curso de Mestrado em Direito Público;
- ❖ 1985 – Criação do Centro de Ciências Jurídicas;

- ❖ 1987 - O PPGD passou por um processo de reformas, que deram origem a duas Áreas de Concentração: Instituições Jurídico-Políticas e Instituições Jurídicas e Sociais na Amazônia;
- ❖ 1994 – Expansão da Faculdade de Direito para os Campi de Marabá e Santarém;
- ❖ 2003 - O curso de Doutorado foi aprovado e implantado;
- ❖ 2004 - O PPGD aprovou proposta no Edital para Criação de Mestrados em Direitos Humanos, patrocinado pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford;
- ❖ 2005 – O PPGD passou a oferecer a área de Concentração em “Direitos Humanos”, tanto em nível de Mestrado quanto de Doutorado;
- ❖ 2007 – Criação do Instituto de Ciências Jurídicas;
- ❖ 2008 – Criação do Programa de Pós-Graduação em Direitos em Humanos;
- ❖ 2012 - Criação da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia;
- ❖ 2015 - Criação do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Direito;

2. Organização Acadêmico-Administrativa

Em meados do ano de 2020, a gestão do ICJ, sob a direção geral da Professora Dra. Valena Jacob Chaves, e a partir de diversas reuniões ocorridas no próprio Instituto, instituiu a nova estrutura organizacional. O processo para se construir esta nova configuração foi um esforço coletivo dos setores do ICJ, com destaque a atual direção geral que lançou a proposta e iniciou os trabalhos para sua efetivação.

A nova organização, que em verdade podemos caracterizar como uma atualização, se configurou na busca da eficiência e dinamismo entre os setores do ICJ. Ou seja, melhorar e renovar as rotinas administrativas do Instituto, assim como adequar alguns setores às atividades prevista para o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito. Segue o Organograma em vigor:

2.1 Organograma

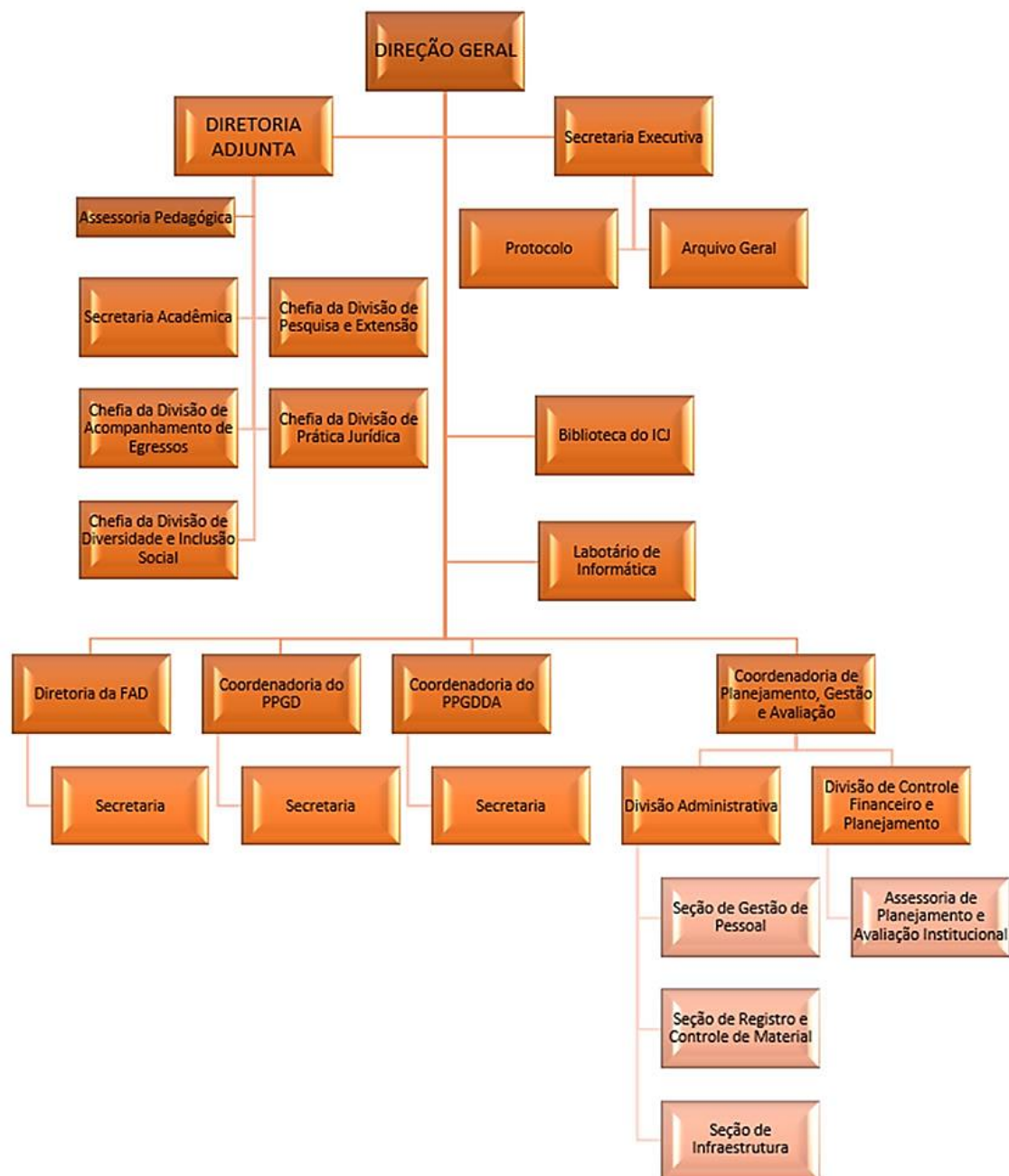


Figura 2. Organograma do Instituto de Ciências Jurídicas

2.2 Competências

A seguir apresentaremos as competências da Unidade das Subunidades e suas seções. Utilizaremos os documentos institucionais do ICJ e nosso organograma exposto na

Figura 2. Os documentos são: Regimento do ICJ, Regimento da Faculdade de Direito e Regimento do Programa de Pós-Graduação em Direito¹.

Com o objetivo de publicizar e informar com boa razoabilidade, em alguns momentos detalharemos melhor às unidades e subunidades, apresentando seus objetivos e tarefas para a comunidade. Este método de apresentação se mostra importante pelo fato de que no ICJ existem setores que tratam diretamente com atendimento social, de pessoas vulneráveis na sociedade brasileira.

Direção Geral e Direção-Adjunta do ICJ

A administração e supervisão do Instituto caberá a sua Direção-Geral, que será substituída em suas faltas e impedimentos pela Direção Adjunta. O Instituto de Ciências Jurídicas terá uma Direção Geral e uma Direção Adjunta, nomeados na forma da lei, com mandatos de quatro (04) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

A forma de eleição para escolha da Direção Geral e da Direção Adjunta decorrerá do que dispuser a lei, o Estatuto e este Regimento Geral, que deverá ser complementado por resolução específica, da Congregação, a quem caberá a coordenação e a supervisão do processo.

Somente poderão candidatar-se aos cargos de Diretor-Geral e Diretor-Adjunto, docentes efetivos lotados no Instituto, integrantes da carreira do magistério superior e possuidores do título de doutor.

Vamos as suas competências privativas e de suas subunidades:

❖ Direção Geral do ICJ

- Administrar e representar o Instituto;
- Supervisionar, em conjunto com a Congregação, a atuação das subunidades acadêmicas e administrativas;
- Manifestar-se sobre pleitos e reivindicações das subunidades acadêmicas e administrativas perante os 10 órgãos superiores da Universidade Federal do Pará;
- Convocar e presidir as reuniões da Congregação;
- Cumprir e fazer cumprir, no que se referir ao Instituto, as disposições do Estatuto, do Regimento Geral da UFPA, das deliberações dos colegiados superiores e as deste Regimento;

¹ Os referidos documentos podem ser acessados no Site do ICJ, Cf. em: https://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=126&Itemid=153

- Distribuir os servidores técnico-administrativo lotado no Instituto;
- Assinar diplomas e certificados;
- Instituir comissões, por delegação ou não da Congregação, para estudos de temas e execução de projetos específicos;
- Adotar, em caso de urgência, medidas indispensáveis, ad referendum da Congregação, submetendo seu ato a ratificação desta no prazo máximo de dez (10) dias;
- Apresentar à Congregação, até um mês após o encerramento do ano letivo, relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de propostas visando o aperfeiçoamento das atividades do Instituto, encaminhando-o à instância competente;
- Resolver casos omissos ad referendum, da Congregação.

❖ **Direção-Adjunta do ICJ**

- Substituir o Diretor-Geral em suas faltas e impedimentos;
- Colaborar com este na supervisão das atividades didático-científicas e administrativas da Unidade Acadêmica
- E desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo titular ou determinadas pela Congregação da Unidade Acadêmica.

❖ **Secretaria Executiva do ICJ**

- Executar as atividades pertinentes aos serviços técnicos administrativos do Instituto;
- Secretariar as reuniões da Congregação do Instituto e outras determinadas pela Direção;
- Secretariar as solenidades de colação de grau;
- Organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos do Instituto;
- Selecionar os documentos referentes à história dos cursos do Instituto, desde a sua origem;
- Providenciar o encaminhamento de expedientes e adotar medidas urgentes, necessárias à continuidade dos serviços;
- Apoiar a realização de concursos públicos e processos seletivos;
- Registrar a entrada e saída de documentos e processos no Instituto;
- Encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos;
- Homologar, por meio do SIGAA, as ofertas encaminhadas pela Faculdade de Direito, bem como proceder os ajustes de vagas, quando necessário, mediante solicitação da Faculdade. Por oferta, compreende-se o planejamento das disciplinas, dos horários, dos dias da semana, das vagas, das indicações de docentes e dos locais de realização das aulas;
- Organizar e manter atualizado um cadastro de Instituições nacionais e estrangeiras conveniadas com a UFPA, na área de atuação do Instituto
- Outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem cometidas pela Direção do Instituto.

❖ **Direção Acadêmica, exercida pelo Diretor Adjunto**

- Planejar a distribuição da carga horária dos docentes lotados no Instituto, em conjunto com as subunidades acadêmicas;
- Acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto, em conjunto com os órgãos competentes das subunidades;
- Desenvolver, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão, estudos de racionalização acadêmico-administrativa, elaborando manuais de procedimentos;
- Proceder à análise e acompanhamento dos Planos Individuais de Trabalho dos docentes, propondo à Direção as medidas que se fizerem necessárias;
- Desenvolver atividades de assessoramento à elaboração de projetos político-pedagógicos;
- Elaborar o relatório anual do Instituto, a partir da consolidação dos relatórios das subunidades, utilizando roteiro básico definido pela PROPLAN;
- Articular com os órgãos da UFPA visando a assegurar o fluxo sistemático de informações na esfera de sua competência;
- Coordenar as atividades de auto avaliação do Instituto e de suas subunidades, de acordo com as diretrizes da UFPA;
- Propor e implementar normas para o constante aperfeiçoamento e controle das suas atividades e serviços;
- Assessorar coordenadores e pesquisadores na captação de recursos externos para financiamento de programas e projetos, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular pesquisadores no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão
- Coletar e organizar os dados de projetos e realizações do Instituto, visando a racionalização, o desenvolvimento e o acompanhamento dos mesmos;
- Avaliar e controlar resultados de implantação de programas e projetos acadêmicos do Instituto;
- Organizar e manter atualizado o cadastro central das atividades acadêmicas em andamento no Instituto;
- Levantar dados e avaliar o desempenho profissional do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Ciências Jurídicas, visando estabelecer perfis acadêmicos;
- Colaborar na realização e divulgação de Seminários;
- Propor e implementar ações de apoio aos discentes, em especial para indígenas, quilombolas, discentes com deficiência e estrangeiros;
- Estimular o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* no ICJ;
- Outras atribuições que lhes forem cometidas pela Congregação;
- Promover a divulgação de publicações, eventos e calendários de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa do Instituto;
- Estimular as atividades de Prática Jurídica no Instituto de Ciências Jurídicas;
- Acompanhar e analisar qualitativa e quantitativamente os resultados do Programa Avalia UFPA por período letivo, objetivando identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis à aprendizagem para a consolidação dos pontos fortes e definição de estratégias para superação dos pontos deficitários do ensino dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto.

❖ **Assessoria Pedagógica**

- Apoiar a implementação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso;
- Planejar e desenvolver atividades de capacitação pedagógica para os docentes do ICJ;
- Registrar e Assessorar a captação de recursos internos e externos para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Acompanhar os alunos PCD's em seus percursos acadêmicos;
- Acompanhar os discentes indígenas e quilombolas em suas aprendizagens;
- Assessorar a Coordenadoria de Acompanhamento de Egressos;
- Assessorar pedagogicamente o planejamento e a distribuição da carga horária dos docentes lotados no Instituto, em conjunto com as subunidades acadêmicas;
- Assessorar e acompanhar pedagogicamente os docentes e discentes que necessitem;
- Assessorar à Direção Acadêmica na análise do Programa Avalia UFPA, nos termos do previsto no inciso XXII do art. 29 deste Regimento;
- Apoiar as atividades de monitoria e estágio docência do Instituto, bem como os demais projetos de ensino.

❖ **Secretaria Acadêmica**

- Apoiar e secretariar todas as atividades da Direção Acadêmica, esta última exercida pela Direção Adjunta;
- Secretariar as reuniões do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- Registrar os projetos de pesquisa, ensino e extensão do ICJ, bem como os Grupos de Pesquisa e Estudo do ICJ;
- Outras atribuições que lhes forem cometidas pela Direção Adjunta.

❖ **Coordenadoria de Pesquisa e Extensão**

- Articular redes de pesquisa e viabilizar projetos de pesquisa e extensão em colaboração entre pesquisadores atuando em diferentes Institutos e programas de Pós-Graduação, facilitando a mobilidade, o intercâmbio e o acesso dos diferentes grupos à infraestrutura de pesquisa existente;
- Estimular e apoiar a elaboração de projetos de pesquisa e extensão pelos docentes do ICJ, com o objetivo de promover a ampliação e captação de recursos em editais externos e internos;
- Estimular a produção científica do ICJ, levantando-a periodicamente e divulgando-a amplamente;
- Estimular as publicações dos resultados dos projetos de pesquisas e extensão desenvolvidos no Instituto por meio de revistas, anais e coletâneas;
- Apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições.

❖ **Coordenadoria de Acompanhamento de Egressos**

- Desenvolver ações que favoreçam a inserção profissional e social dos egressos dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da UFPA;
- Realizar estudos sobre a inserção profissional e social dos egressos dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da UFPA;

- Contribuir com a avaliação institucional dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito, no que se refere a inserção profissional dos egressos;
- Manter atualizadas as informações pessoais e profissionais dos egressos dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito;
- Identificar demandas profissionais e sociais de bacharéis em direito no setor público e no setor privado;
- Promover o contato dos egressos dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito com instituições demandantes do setor público e do setor privado;
- Apresentar relatório anual do acompanhamento de egressos;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições.

❖ **Coordenadoria de Prática Jurídica**

- Desempenhar a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica;
- Acompanhar o cumprimento de carga horária e conteúdo programático das disciplinas práticas;
- Desenvolver convênios que estimulem as atividades práticas no Instituto;
- Estimular e acompanhar o desenvolvimento das clínicas jurídicas;
- Apresentar relatório anual das atividades práticas desenvolvidas no Instituto.

Ressalta-se que a Coordenadoria de Prática Jurídica possui em seu organograma, conferir Figura 2, subunidades vinculadas, são elas: Secretaria, as Clínicas jurídicas – Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CDHA); Clínica de Atenção à Violência (CAV) – e o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

➤ **Secretaria da Prática Jurídica**

- Desenvolver ações voltadas para o acompanhamento das atividades práticas dos discentes;
- Apoiar todas as atividades da Coordenadoria de Prática Jurídica

➤ **Clínicas Jurídicas**

✓ **Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA)**

A CIDHA adota a metodologia da educação clínica para ensinar o Direito em casos de violações de Direitos Humanos e oferece Programa de Residência Jurídica para jovens advogadas e advogados, além de possuir vagas regulares de estágio para discentes da Graduação e da Pós-Graduação.

Iniciou suas atividades voltada fundamentalmente para questões socioambientais rurais e intervenção na área internacional dos Direitos Humanos. Com a expansão do corpo docente, suas ações na área socioambiental foram ampliadas para os temas fundiário urbano

e a prática do trabalho escravo, os quais colocam o Estado do Pará no triste *ranking* de primeiro lugar em conflito fundiário e uso de mão-de-obra escrava. Seus objetivos são:

- Apoiar a sociedade civil e o Poder Público em ações de respeito aos direitos humanos;
- Identificar e estudar casos paradigmáticos de violações dos direitos humanos;
- Fomentar, quando necessário, a proposição de demandas judiciais nacionais e internacionais na defesa dos direitos humanos, proporcionando vivência processual aos estudantes, em parceria com outras entidades;
- Incentivar intervenções do poder público e da sociedade civil na tutela dos direitos humanos;
- Aprofundar a discussão multidisciplinar sobre direitos humanos, com enfoque na legislação agroambiental e nos tratados internacionais;
- Capacitar os estudantes para realizar pesquisas acadêmicas voltadas para os direitos humanos na Amazônia, objetivando a produção de dissertações, artigos científicos e monografias;
- Estudar a legislação, jurisprudência nacional e internacional dos direitos humanos, confeccionando bancos de dados;
- Realizar atividades de formação e capacitação com agentes sociais e gestores públicos que atuam nas diversas temáticas dos direitos humanos;
- Consolidar a rede de clínica de direitos na região amazônica;
- Participar de audiências e sessões de órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos.

✓ **Clínica de Atenção à Violência (CAV)**

A Clínica de Atenção à Violência (CAV), projeto do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da UFPa, em parceria com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Amazônia (NEIVA), atende pessoas em situação de violência, em especial de grupos vulneráveis, como crianças, mulheres, idosos e LGBTQs. Por tratar da violência como uma questão interdisciplinar, a CAV conta com bolsistas e acadêmicos de diversas áreas, tais como Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Direito e Serviço Social. Seu objetivo norteador:

- Fornecer aconselhamento jurídico e apoio psicossocial, além de cuidados com a saúde da vítima atendida.

➤ **Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)**

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UFPA funciona no pavilhão "L" do Bloco Profissional do curso de Direito. Ele foi criado com o objetivo de oferecer o atendimento à população e o estágio obrigatório aos alunos do curso de Direito. O seus objetivos são²:

- Supervisionar, controlar e manter o estágio de prática jurídica simulada e real;
- Aprovar os projetos de aplicação das atividades prática simuladas e reais elaborados pelos professores e supervisores;
- Aprovar os modelos de instrumentos necessários aos serviços de assistência jurídica e judiciária;
- Prestar serviço de assistência jurídica e judiciária gratuito, diretamente ou em convênio com outras entidades;
- Atuar em conjunto com órgãos jurisdicionais implantados nas dependências da UFPA, prestando-lhes o apoio necessário, conforme previsto em convênio;
- Promover a avaliação dos alunos estagiários;
- Aprovar projetos de atividades interdisciplinares, envolvendo o NPJ e a participação de professores e alunos de outros cursos da UFPA;
- Aprovar projeto de estágio profissional de advocacia, de caráter extracurricular, mediante convênio com a OAB;
- Aprovar projeto de estágio alternativo, de caráter curricular, consistente na realização de pesquisa e na integração de alunos estagiários a programas de extensão;
- Aprovar projeto de estágio externo, de caráter curricular, em órgãos públicos, inclusive judiciários, ou em entidades particulares;
- Sugerir e aprovar alterações acerca da matéria de sua competência.

❖ **Coordenadoria de Diversidade e Inclusão**

- Realizar estudos sobre a o fortalecimento da diversidade e inclusão social no âmbito dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito;
- Manter atualizadas as informações pessoais de indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, refugiadas e demais grupos vulnerabilizados no âmbito do ICJ/UFPA, identificando suas demandas;
- Propor ações de enfrentamento à discriminação e a violência no âmbito do ICJ/UFPA;
- Apoiar ações voltadas à inclusão social e ao fortalecimento da diversidade no âmbito do ICJ/UFPA;

❖ **Biblioteca setorial**

- Cumprir e fazer cumprir o Regimento e os Regulamentos do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPA;

² Objetivos retirados da RESOLUÇÃO N. 2535 de 16 de outubro de 1998, a qual Cria o Núcleo de Prática Jurídica-NPJ, no âmbito do Centro de Ciências Jurídicas, e dá outras providências.

- Cumprir as Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções, de Processamento Técnico e outras com padrões, normas e procedimentos estabelecidos pela Coordenação do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPA;
- Elaborar o Regimento Interno de funcionamento da Biblioteca, em consonância com as normas e procedimentos do SIBI/UFPA;
- Planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades inerentes a cada Biblioteca;
- Atuar de forma cooperativa visando à melhoria da qualidade global dos serviços e produtos das Bibliotecas integrantes do SIBI/UFPA;
- Promover o acesso equitativo da informação e a divulgação do acervo, serviços e produtos;
- Coletar e sistematizar a produção científica impressa e em meio eletrônico dos docentes e servidores técnico administrativos gerada nos Institutos, Núcleos, Unidades Acadêmicas Especiais, Museu da UFPA e Campi do interior;
- Gerar relatórios específicos a fim de subsidiar a avaliação, manutenção e aprovação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- Elaborar relatório anual com dados quantitativos e qualitativos, incluindo avaliação crítica do período e encaminhar à Direção da Unidade e Coordenação dos campi a qual a Biblioteca está vinculada e à Coordenação do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPA.
- Difusão interna e externa da produção científica do Instituto;
- Divulgar publicações, eventos e calendários de atividades de ensino, extensão e pesquisa.

❖ **Setor de Informática e Tecnologia da Informação**

- Executar políticas, diretrizes, normas, procedimentos e suporte que orientem e disciplinem a utilização da Tecnologia da Informação do Instituto;
- Organizar e supervisionar as atividades de rede dos laboratórios do Instituto;
- Orientar os discentes quanto ao uso dos laboratórios de tecnologia da informação do Instituto;
- Criar os perfis para docentes, técnicos e discentes acessarem a Intranet do Instituto e Sistemas Digitais, bem como prestar apoio ao acesso destes à rede WI-FI da UFPA;
- Dar suporte tecnológico e de rede às atividades realizadas de ensino, pesquisa, extensão e administração no Instituto;
- Desenvolver projetos de sistemas de Tecnologia da Informação (TI) que auxiliem as atividades realizadas no Instituto;
- Oferecer apoio técnico à Direção, demais coordenadorias e Subunidades Acadêmicas e Administrativas do Instituto;
- Orientar a aquisição de infraestrutura tecnológica de hardware e software para o Instituto;
- Pesquisar novas soluções tecnológicas para viabilizar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração do Instituto;
- Executar as ações estruturais necessárias para manter e melhorar o desempenho de todos os sites do Instituto; assim como publicar documentos, e o que for necessário, de interesse do Instituto mediante autorização do diretor geral;
- Organizar e supervisionar, nas Subunidades Acadêmicas e nas outras seções, ações de atualização dos softwares;

- Implantar e zelar pelo cumprimento do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação no Instituto, obedecendo aos preceitos legais da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC);
- Planejar a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto; XIV- Disseminar e incentivar o uso da Tecnologia da Informação como instrumento de melhoria do desempenho institucional;
- Controlar o acesso e seus recursos quanto ao uso da Rede, visando à sua segurança;
- Propor e executar medidas para o uso seguro das mídias sociais em nome do Instituto;
- Participar das iniciativas relacionadas à aquisição de bens e à contratação de serviços pertinentes à Tecnologia da Informação e Comunicações;
- Elaborar Plano Anual de trabalho, submetendo-o à Direção Geral;
- Manter e atualizar os serviços de informática do Instituto;
- Participar junto ao Centro de Tecnologia, Informação e Comunicação (CTIC) no processo de implantação e personificação do Sistema de Informações (SI) da UFPA, com base na demanda do Instituto, atuando como elemento articulador entre este e o CTIC/IFPA;
- Manter atualizada a página eletrônica do Instituto e de suas subunidades;
- Coordenar e supervisionar o funcionamento do Laboratório de Informática do Instituto;
- Gerir e organizar a rede do Instituto;
- Garantir a manutenção dos computadores do Instituto e, se necessário, emitir parecer técnico, para encaminhá-los ao setor competente;
- Orientar usuários quanto à utilização de equipamentos e softwares do Instituto;
- Prestar informação técnica à divisão Administrativa na aquisição de equipamentos de informática para o Instituto e na constituição de estoque de peças para a manutenção desses equipamentos;
- Orientar a utilização dos recursos audiovisuais do Instituto;
- Acompanhar e registrar o desempenho dos bolsistas sob sua responsabilidade;
- Elaborar o relatório anual do setor;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições e as que lhe forem atribuídas pela Direção e pela Congregação;
- Executar outras atividades, compatíveis com suas atribuições, que assegurem o desempenho do Instituto.

❖ **Laboratório de Informática Jurídico – LIJUR**

- Propiciar o acesso à comunidade acadêmica do Instituto aos computadores e serviços da Laboratório, para realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Auxiliar os discentes cadastrados no Laboratório quanto à utilização da informática como auxílio em suas atividades acadêmicas;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho do setor.

❖ **Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação**

- Coordenar a elaboração do plano de atividades anuais da CPGA com as demais Divisões e Seções;
- Elaborar o Plano de Gestão Orçamentário do Instituto, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da Unidade;
- Proceder a estudos referentes à racionalização das atividades administrativas do Instituto;
- Apresentar proposta para aplicação anual do orçamento do Instituto;
- Elaborar relatório anual do Instituto;
- Acompanhar a manutenção dos bens patrimoniais do Instituto;
- Supervisionar o controle e a transferência, no sistema, dos bens patrimoniais do Instituto nas suas referidas subunidades;
- Proceder, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais do Instituto;
- Acompanhar o planejamento e controle da aplicação orçamentária destinada ao Instituto;
- Realizar licitações, respeitando a lei 8.666 nos processos de demanda dos demais subunidades e Seções do Instituto;
- Receber e conferir os materiais de consumo e permanentes destinados ao Instituto, responsabilizando-se pela distribuição as seções solicitantes;
- Consolidar as demandas das seções com base em suas previsões anuais;
- Elaborar demonstrativos mensais de entrada e saída de materiais;
- Gerar e arquivar demonstrativos mensais, pelo sistema de almoxarifado da UFPA, das entradas e saídas de materiais do Instituto;
- Organizar, guardar e distribuir os materiais de consumo no almoxarifado;
- Providenciar e supervisionar os serviços de reparos e manutenção, de infraestrutura e ou bens patrimoniais, nas seções do Instituto, junto as unidades competentes da UFPA, bem como as contratadas pelo Instituto;
- Realizar relatório anual do estado de conservação dos espaços físicos, moveis e equipamentos do Instituto;
- Consolidar e apresentar os relatórios anuais do estado de conservação dos espaços físicos, moveis e equipamentos apresentados pelo Seção de infraestrutura, para a direção geral;
- Acompanhar e relatar ao setor competente os trabalhos das empresas prestadoras dos serviços de limpeza, manutenção, reforma e segurança dos prédios do Instituto;
- Solicitar a revisão dos sistemas elétricos, lógico, telefônico, hidráulicos e de esgoto, sempre que requerida ou necessária;
- Organizar e manter o cadastro atualizado dos assentamentos funcionais dos servidores lotados no Instituto;
- Instruir os pedidos dos servidores lotados no Instituto, relativos a direitos e deveres;
- Controlar o período de contratos de bolsistas e encaminhar a Coordenação da CPGA a lista dos bolsistas com no mínimo 2 meses para o seu término para homologar a sua renovação ou novos pedidos de contratação de bolsistas detalhando os recursos a serem custeados;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA, a frequência mensal dos servidores e bolsistas lotados no Instituto;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem atribuídas pela Direção e pela Congregação do Instituto.

A Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação é integrada pelas seguintes Divisões e suas respectivas Seções:

➤ **Divisão de Controle Financeiro e Planejamento**

- Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional

➤ **Divisão Administrativa**

- Seção de Gestão de Pessoal

- Seção de Registro e Controle de Material

- Seção de Infraestrutura

❖ **Divisão de Controle Financeiro e Planejamento**

- Elaborar Plano Anual de Trabalho da Divisão e de suas seções e submetê-lo à Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação;
- Proceder ao controle dos convênios, acordos e contratos, inclusive com análise de relatórios, parciais ou finais, das prestações de contas dos mesmos, em consonância com as normas da administração superior;
- Organizar e controlar a aplicação da dotação orçamentária destinada ao Instituto;
- Organizar e controlar a aplicação do Programa de Gestão Orçamentária (PGO/UFGA) destinada ao Instituto;
- Realizar licitações, respeitando a lei 8.666 nos processos de demanda das demais seções do Instituto;
- Auxiliar as diferentes seções do Instituto na preparação do orçamento anual;
- Executar a aplicação orçamentária destinada ao Instituto;
- Consolidar as demandas orçamentárias das seções com base em suas previsões anuais; Registrar, acompanhar e controlar as solicitações de diárias e passagens do Instituto junto ao Sistema de Controle de Diária e Passagens - SCDP;
- Registrar, acompanhar e controlar nos sistemas de materiais (SIMA), SIAFI, ComprasNet (SIASG), as demandas solicitadas do Instituto obedecendo aos critérios da Lei 8.666;
- Registrar e acompanhar no sistema os pedidos disponíveis na agenda de Compras da UFGA;
- Gerar mensalmente o controle da dotação orçamentária do Instituto;
- Controlar e acompanhar os lançamentos dos recursos gerados através da GRU, provenientes da locação de espaços físicos do Instituto e outros, bem como da Transferência de PI entre as Unidades;
- Registrar, acompanhar e controlar a contratação de Pessoa Física e Jurídicas nos sistemas de materiais (SIMA), SIAFI, ComprasNet (SIASG), as demandas solicitadas do Instituto obedecendo aos critérios da Lei 8.666;
- Acompanhar os processos do Instituto das despesas realizadas pelo Programa de infraestrutura (PROINFRA/UFGA);
- Executar as demandas da Coordenação da CPGA no que diz respeito a transferência de PI da unidade;
- Executar as demandas aprovadas pela Direção Geral do Instituto dentro do Programa de Gestão Orçamentária.

❖ **Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional**

- Elaborar relatório anual do Instituto;
- Auxiliar as diferentes seções do Instituto na preparação do orçamento anual e na elaboração de planos de aplicações de convênios;
- Coordenar a elaboração do Plano de Gestão da Unidade Acadêmica em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da UFPA;
- Elaborar, em conjunto com a Coordenação da CPGA, a proposta orçamentária anual da Unidade Acadêmica para atender as necessidades definidas em seus planos setoriais;
- Coordenar as atividades ligadas às informações gerenciais e à modernização administrativa;
- Desenvolver estudos de racionalização administrativa, elaborando, quando necessário, os manuais de procedimentos dos vários sistemas;
- Desenvolver atividades de orientação à elaboração de projetos e captação de recursos;
- Elaborar o relatório anual de atividades da Unidade Acadêmica a partir da consolidação dos relatórios das subunidades, utilizando roteiro básico definido pela PROPLAN;
- Articular-se com os órgãos da UFPA visando assegurar o fluxo sistemático de informações;
- Analisar dados estatísticos de acordo com as necessidades do Instituto;
- Executar as atividades de auto avaliação institucional de acordo com as diretrizes da UFPA;
- Propor e implementar normas para o constante aperfeiçoamento e controle das suas atividades e serviços;
- Coletar dados para a confecção do relatório anual das atividades do Instituto;
- Apoio logístico às atividades científicas e pedagógicas do ICJ;
- Assessorar coordenadores e pesquisadores na captação de recursos externos para financiamento de programas e projetos, nas áreas de ensino;
- Coletar e organizar os dados dos diversos projetos, visando sua racionalização, desenvolvimento e acompanhamento;
- Avaliar e controlar resultados de implantação de programas e projetos do ICJ;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Divisão.

❖ **Divisão Administrativa**

- Elaborar Plano Anual de Trabalho da Divisão e de suas seções e submetê-lo à Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação;
- Executar, avaliar e acompanhar o orçamento do Instituto conforme o planejamento elaborado e aprovado pela Congregação;
- Manter permanente supervisão e controle dos bens patrimoniais e físicos afetos ao Instituto, inclusive sua manutenção e movimentação;
- Coordenar, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais sob a responsabilidade do Instituto;
- Prestar apoio aos programas e projetos institucionais na execução de seus orçamentos e finanças;

- Preparar e apresentar à coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação relatório anual da Divisão, com base nas informações de suas Seções;
- Controlar o período de contratos de bolsistas e encaminhar a Coordenação da CPGA a lista dos bolsistas com no mínimo 2 meses para o seu término para homologar a sua renovação ou novos pedidos de contratação de bolsistas detalhando os recursos a serem custeados;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA sempre que solicitado a frequência mensal dos servidores e bolsistas lotados no Instituto;
- Apurar, em tempo hábil, a frequência mensal dos servidores técnico-administrativos e de bolsistas lotados no Instituto, encaminhando-a à Coordenação da CPGA;
- Acolher e apresentar os novos servidores/egressos do Instituto;
- Instruir os processos de avaliação dos novos servidores nas locações dos mesmos as suas chefias imediatas;
- Solicitar a revisão dos sistemas elétricos, lógico, telefônico, hidráulicos, e de esgoto, informando à Coordenação da CPGA sempre que requerida ou necessária;
- Solicitar anualmente ao Setor de Registro e Controle de Material o levantamento de estoque do almoxarifado do instituto;
- Realizar consultas anuais, das necessidades de materiais de expediente, as subunidades do instituto para auxiliar na solicitação anual de aquisições de materiais de consumo;
- Consolidar e apresentar os relatórios anuais do estado de conservação dos espaços físicos, moveis e equipamentos apresentados pelo Setor de infraestrutura, para a Coordenação da CPGA;
- Gerenciar os espaços físicos dos auditórios;
- Assessorar os docentes nos processos de progressão funcionais;

❖ **Seção de Gestão de Pessoal**

- Organizar e manter o cadastro atualizado dos assentamentos funcionais dos servidores lotados no Instituto;
- Organizar e manter atualizada as progressões funcionais dos docentes do Instituto;
- Instruir os pedidos dos servidores lotados no Instituto, relativos a direitos e benefícios;
- Instruir e encaminhar os pedidos de contratação de bolsistas;
- Disponibilizar quando solicitado os documentos necessários da avaliação dos novos servidores pela chefia imediata;
- Auxiliar o processo de avaliação dos servidores do Instituto para conclusão com êxito;
- Acompanhar os pedidos de férias dos servidores e bolsistas do Instituto, do registro no sistema à homologação pela Direção Geral;
- Acompanhar o processo de avaliação dos novos servidores;
- Manter atualizado os registros de férias dos servidores e bolsistas;
- Mapear as necessidades de capacitação, levando em consideração habilidades, competências e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores no Instituto;
- Verificar e propor, caso identificado, a necessidade de locação de recursos para a capacitação;

- Solicitar ao Capacit, cursos que atendam as demandas de capacitação dos servidores do Instituto;
- Divulgar as ações de capacitação para servidores, promovida pela UFPA;
- Criar e manter atualizado banco de dados para seleção de bolsistas do Instituto;
- Apresentar relatório semestral das ações desenvolvidas pela divisão à Coordenação da CPGA;
- Incentivar e apoiar os servidores nas iniciativas de capacitação voltada para o desenvolvimento de suas competências;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Divisão.

❖ **Seção de Registro e Controle de Materiais**

- Receber, conferir e atestar a qualidade dos materiais destinados ao Instituto, responsabilizando-se por sua guarda e distribuição as diversas seções;
- Levantar junto as subunidades, anualmente, as necessidades de materiais;
- Consolidar os pedidos de materiais com base nas previsões das diversas seções;
- Prestar informações sobre esses materiais, quando julgar necessários ou recomendável;
- Elaborar demonstrativos mensais de entrada e saída de materiais;
- Gerar e arquivar demonstrativos mensais pelo sistema de almoxarifado\UFPA das entradas e saídas de materiais do Instituto;
- Controlar e manter atualizado o inventário dos bens de consumo e permanentes do Instituto de Ciências Jurídicas;
- Controle dos bens patrimoniais do Instituto;
- Averiguar anualmente o estado de conservação dos bens patrimoniais do Instituto;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA relatório anual do estado de conservação dos bens permanentes do Instituto;
- Proceder, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais do Instituto;
- Gerar e arquivar demonstrativos mensais pelo sistema de patrimônio\UFPA das entradas e saídas de materiais do Instituto;
- Levantar e providenciar a lista dos bens inservíveis para o seu descarte junto ao setor responsável da UFPA;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Divisão.

❖ **Seção de Infraestrutura**

- Supervisionar os serviços de manutenção e providenciar, junto as seções competentes da UFPA, os necessários reparos das instalações do Instituto;
- Zelar pela conservação do prédio, móveis e equipamentos do Instituto;
- Acionar e acompanhar, anualmente ou quando solicitado pela Coordenação da CPGA, junto aos agentes patrimoniais quanto ao estado de conservação e funcionamento dos bens patrimoniais;
- Supervisionar o desenvolvimento do trabalho das empresas incumbidas dos serviços de limpeza e segurança dos espaços vinculados ao Instituto;
- Proceder, anualmente ou quando solicitado pelas subunidades, a revisão dos sistemas elétricos, lógico, telefônico, hidráulicos e de esgoto, bem como zelar pelo seu bom funcionamento e utilização racional, informando à Coordenação da CPGA sempre que requerida ou necessário;

- Providenciar e supervisionar os serviços de reparos e manutenção nas seções do Instituto, junto as unidades competentes da UFPA, bem como as contratadas pelo Instituto;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA relatório anual do estado de conservação dos espaços físicos do Instituto;
- Supervisionar os trabalhos das empresas prestadoras dos serviços de limpeza, manutenção, reforma e segurança do(s) prédio(s) do Instituto;
- Acompanhar os serviços executados por contratadas da UFPA ou pelo Instituto;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Seção.

Faculdade de Direito

A seguir, apresentaremos as atribuições vinculadas à Faculdade de Direito, de suas direções e subunidades, conforme o organograma apresentado na Figura 2 e no Regimento da Faculdade de Direito.

Segundo seu Regimento, a Faculdade de Direito é disciplinada pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPA, pelo Regimento do Instituto de Ciências Jurídicas e pelas normas complementares que forem baixadas pelos Órgãos Deliberativos da Administração Superior e, na esfera de sua competência, pelas Resoluções do Conselho da Faculdade.

Os seus objetivos, elencados no Artigo 3º de seu Regimento, informam que a Faculdade de Direito possui a premissa de: promover a formação e qualificação contínua de profissionais na área do conhecimento jurídico, primando por uma formação humanística e ética que contribua para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente da região, em face das demandas sócio-político-culturais; e cumprir e fazer cumprir seu projeto político-pedagógico e demais instrumentos institucionais, em integração com o Programa de Pós-graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará.

A Direção e Vice Direção da Faculdade de Direito serão eleitos para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma (1) vez. Nas faltas ou impedimentos eventuais do Diretor do Vice-Diretor suas atribuições serão exercidas pelo Decano do Conselho da Faculdade, procedendo-se nova eleição em caso de vacância.

O Diretor e o Vice-Diretor serão eleitos dentre professores efetivos portadores de título de Doutor. §4º. A subunidade acadêmica atuará de modo interativo com os demais órgãos de natureza acadêmica. O processo eleitoral será regulado por resolução aprovada pelo Conselho da Faculdade de Direito.

❖ **Direção da Faculdade de Direito**

- Presidir o Conselho da Faculdade;
- Superintender as atividades a cargo da subunidade acadêmica;
- Coordenar as atividades de graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas;
- Dirigir os serviços administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos pertinentes.

❖ **Vice Direção da Faculdade de Direito**

- Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos;
- Colaborar com este na coordenação das atividades acadêmicas e administrativas;
- Desempenhar as funções que lhes forem delegadas pelo titular ou determinadas pelo Conselho da Faculdade.

❖ **Secretaria Executiva da Faculdade de Direito**

- Contribuir para o planejamento acadêmico da Faculdade;
- Preparar a correspondência da Direção da Faculdade;
- Atender e informar aos docentes e discentes sobre a tramitação de processos ou documentos de seus interesses;
- Elaborar as atas das reuniões do Conselho da Faculdade e encaminhá-las por e-mail aos conselheiros e demais docentes e para divulgação no site do ICJ;
- Convocar, por ordem da Direção da Faculdade, os conselheiros para reuniões do Conselho da Faculdade;
- Vincular os docentes às respectivas turmas no sistema, conforme proposta de oferta de disciplinas realizada pela Direção da Faculdade;
- Exercer atribuições determinadas pela Direção da Faculdade e pela Presidência do Conselho da Faculdade e demais compatíveis com sua função.

❖ **Coordenadoria de Ensino**

- Desenvolver ações voltadas para o acompanhamento acadêmico das atividades docentes e discentes, em conjunto com a Direção da Faculdade;
- Oferta de disciplinas em cada período letivo;
- Análise dos pedidos de aproveitamento de estudo;
- Análise dos pedidos de segunda chamada e abono de falta;
- Análise dos pedidos de revisão de conceito;
- Supervisão das atividades complementares e da realização de trabalhos de conclusão do curso.

❖ **Coordenadoria de Estágio**

- Supervisionar o desenvolvimento do estágio não obrigatório realizado pelos discentes do curso de Direito.

Programa de Pós-Graduação em Direito

A seguir, apresentaremos as atribuições vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), de suas direções e subunidades, conforme o organograma apresentado na Figura 2 e no Regimento do PPGD.

O Programa de Pós-Graduação em Direito, baseado em linhas de pesquisa definidas pelo seu Colegiado, destina-se a conferir aos candidatos habilitados os graus de Mestre em Direito e Doutor em Direito, na área de concentração “Direitos Humanos”, tendo como objetivos fundamentais:

- Formar pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e de magistério superior na área do direito;
- Desenvolver uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre o direito, com ênfase na efetivação dos direitos humanos e na busca de soluções para os problemas regionais;
- Incentivar a produção intelectual na área do direito;
- Aprimorar a formação dos operadores do direito;
- Oferecer atividades de extensão à comunidade jurídica;
- Incentivar a integração entre graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA;
- Promover o intercâmbio com outros programas de pós-graduação em direito, especialmente no âmbito da Pan-Amazônia;
- Colaborar na elaboração de planos de desenvolvimento regional.

❖ **O Programa de Pós-Graduação em Direito**

- Responsável pelo ensino de pós-graduação em direito,
- Integrado por uma Coordenação, um Colegiado e uma Secretaria.
- O regimento interno do Programa de Pós-Graduação definirá o mandato e a forma de eleição do Colegiado.

❖ **Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito**

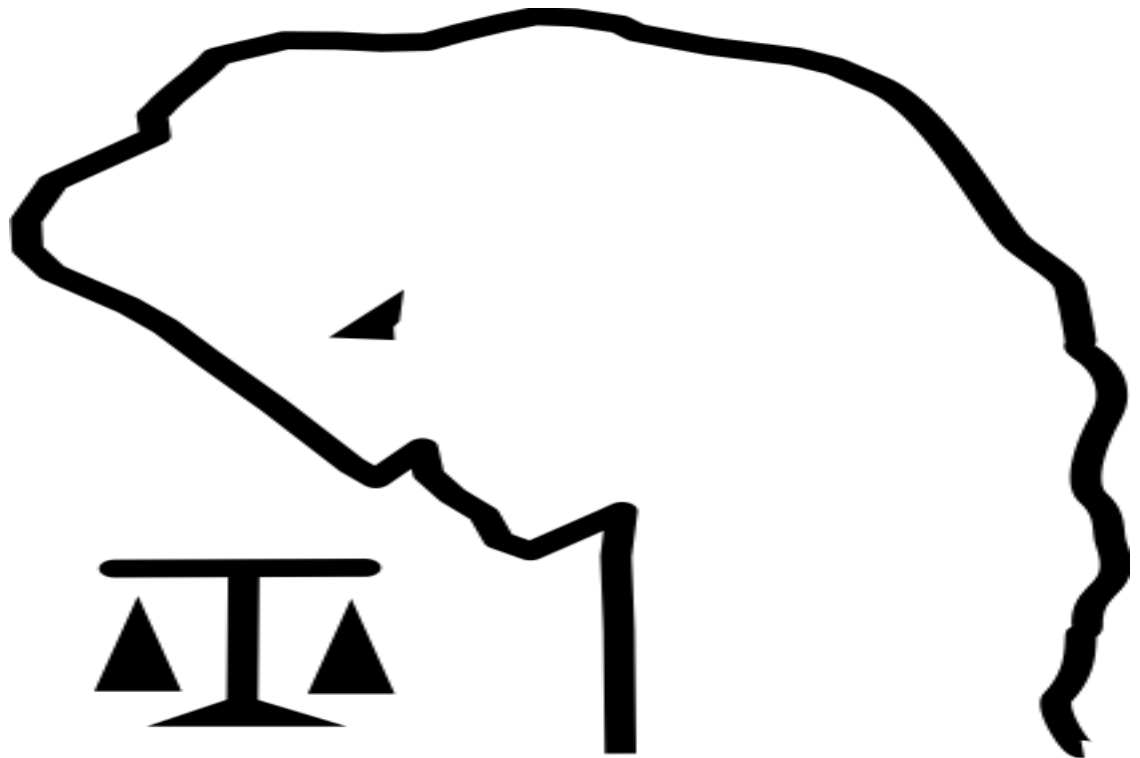
- Exercer a direção administrativa do Programa;
- Coordenar a execução das atividades do Programa, adotando as medidas necessárias ao seu pleno desenvolvimento;
- Preparar e apresentar relatórios periódicos seguindo as exigências das instâncias superiores, sobretudo daquelas das agências de fomento à formação e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e à pesquisa;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- Elaborar e remeter à PROPESP relatório anual das atividades do Programa, de acordo com as instruções desse órgão;
- Representar o Programa junto aos órgãos deliberativos e executivos da UFPA, na forma do seu Regimento Geral;
- Orientar, coordenar e fiscalizar a execução dos planos de desenvolvimento aprovados, tomando as medidas adequadas ou propondo-as aos órgãos competentes;

- Aplicar os critérios de admissão de candidatos aos cursos de pós-graduação em conformidade com o disposto neste Regimento;
- Adotar, propor e encaminhar aos órgãos competentes todas as providências relacionadas com o exercício das funções do Programa;
- Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis no âmbito do Colegiado, ad referendum deste, ao qual as submeterá no prazo de até trinta (30) dias;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, Regimento Geral e Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPA e deste Regimento Interno;
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado, dos órgãos de administração de nível intermediário e da Administração Superior, que lhe digam respeito;
- Zelar pelos interesses do Programa junto aos órgãos superiores e setoriais;
- Convocar e presidir a eleição dos membros do Colegiado, do Coordenador e do Vice-Coordenador do Programa pelo menos trinta (30) dias antes do término dos mandatos, encaminhando os resultados aos conselhos setoriais da Unidade Acadêmica de vínculo e à PROESP, no prazo máximo de trinta (30) dias após a realização das eleições;
- Organizar o calendário das atividades relacionadas ao Programa e tratar com as unidades e subunidades acadêmicas a liberação de carga horária para oferta de disciplinas, atividades e funções necessárias ao pleno funcionamento do Programa;
- Propor a criação de comissões de assessoramento para analisar questões relacionadas ao Programa;
- Representar o Programa em fóruns nacionais de coordenadores relativos à sua área de conhecimento;
- Representar o Programa em todas as instâncias;
- Decidir sobre requerimentos de discentes, quando envolverem assuntos de rotina administrativa;
- Exercer outras funções especificadas pelo Colegiado.

❖ **Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito**

- Substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos;
- Coordenar as atividades de orientação acadêmica;
- Exercer atribuições que lhe venham a ser delegadas pelo Coordenador, ouvido o Colegiado.

ESTRUTURA E PLANEJAMENTO DO CURSO DE DIREITO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



3. Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito

Nesta seção iremos informar, quantitativamente, os cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados e vinculados ao ICJ. Apresentaremos os dados atuais e as previsões para os anos subsequentes, limitando ao período deste PDU. Da mesma forma, exporemos os espaços físicos e as previsões de novos espaços, bem como os servidores públicos que compõe tais cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito.

3.1 Faculdade de Direito (ICJ/UFPA)

A Faculdade de Direito conta atualmente com 3 servidores técnicos; 2 bolsistas; uma direção, uma vice direção, uma coordenação de ensino, uma coordenação de estágio não-obrigatório; e intenta contar até 2025 com um corpo docente de 90 docentes para assumir as 3.820 horas que cada um dos atuais 1.282 discentes ativos no curso de direito cujo objetivo é aumentar igualmente o número de vagas ofertadas.

Seu objetivo estratégico é formar profissionais aptos para o desempenho de atividades jurídicas, defendendo a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da Justiça e o aperfeiçoamento das instituições jurídicas. Obteve na última avaliação do ENADE 2018 nota 4.

3.2 Pós-Graduação em Direito (PPGD/ICJ/UFPA)



O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) iniciou suas atividades em 1984 e integra o Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ-UFPA), que, por sua vez, se originou da Faculdade Livre de Direito do Pará, uma das mais antigas do país, fundada em 1902.

Atualmente, o Programa oferta cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (único da área de Direito na Amazônia), e se estrutura em torno de uma única Área de Concentração: Direitos Humanos.

Possui cinco Linhas de Pesquisa: Constitucionalismo, Políticas Públicas e Direitos Humanos; Direitos fundamentais: concretização e garantias; Direitos Fundamentais e Meio Ambiente; Estudos Críticos do Direito; Sistema penal e Direitos Humanos.

Sua missão é formar profissionais que, compreendendo a realidade local, rica em recursos, mas ainda com baixos índices de desenvolvimento econômico e social, trabalhem para transformá-la. Para isso, objetiva ofertar sólida formação teórica, aliada à competência política e social.

Em 1984, foi reconhecido pela CAPES o Curso de Mestrado em Direito Público. Em 1987, o PPGD passou por um processo de reformas, que deram origem a duas Áreas de Concentração: Instituições Jurídico-Políticas e Instituições Jurídicas e Sociais na Amazônia.

O curso de Doutorado foi aprovado e implantado em 2003. Para a elaboração da proposta, buscou-se identificar temas comuns desenvolvidos pelas duas Áreas de Concentração, para fundi-las em uma única, o que resultou na criação da Área “Direitos Fundamentais e Relações Sociais”.

No ano seguinte, o PPGD aprovou proposta no Edital para Criação de Mestrados em Direitos Humanos, patrocinado pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford. Considerando a grande proximidade entre essa temática e a Área de Concentração recém-criada, passou a oferecer, desde 2005, a Área de Concentração em “Direitos Humanos”, tanto em nível de Mestrado quanto de Doutorado.

Área de Concentração: Direitos Humanos

A temática dos Direitos Humanos permite enfrentar os graves problemas vividos pela sociedade amazônica, decorrentes de um modelo econômico baseado na exploração insustentável de recursos naturais, que gera degradação ambiental sem melhoria significativa das condições de vida de sua população. Essa realidade acarreta constantes violações dos

direitos humanos das populações tradicionais e nos centros urbanos, que serão o principal objeto de preocupação das linhas de pesquisa do PPGD-UFPA.

Linhas de Pesquisa:

1. Constitucionalismo, Políticas Públicas e Direitos Humanos

Esta linha de pesquisa visa abordar a temática dos direitos humanos a partir de uma reflexão sobre o constitucionalismo e as políticas públicas. Desde as primeiras Constituições escritas da época moderna, o tema dos direitos humanos aparece intrinsecamente vinculado ao Estado Constitucional, cuja finalidade consiste exatamente na proteção, garantia e promoção desses direitos.

Contemporaneamente, a concepção integral dos direitos humanos exige do Estado um conjunto de políticas públicas para implementá-los, cujo êxito depende de uma organização institucional adequada a esse propósito. Nesta linha, as relações entre constitucionalismo e direitos humanos serão analisadas especialmente quanto ao desenvolvimento dos sistemas judiciais de proteção no âmbito do Estado Constitucional Democrático e sua participação em sistemas internacionais de proteção.

No que se refere às políticas públicas, a ênfase será dirigida para a inter-relação entre os instrumentos financeiros e tributários e a implementação dos direitos humanos.

Professores vinculados: Prof. Dr. Antonio Gomes Moreira Maués, Prof. Dr. Breno Baía Magalhães, Prof. Dr. Celso Vaz, Profa. Dra. Cristina Terezo Ribeiro, Prof. Dr. Fernando Scaff, Profa. Dra. Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff, Profa. Dra. Maria Stela Campos, Profa. Dra. Paula Arruda de Azevedo.

2. Direitos fundamentais: concretização e garantias.

A presente linha de pesquisa propõe-se a pensar os direitos fundamentais e a tratar de suas garantias e de sua concretização no contexto das relações jurídicas contemporâneas e com marco no olhar transdisciplinar, especialmente em face de pessoas e de grupos em situações fáticas, sociais, econômicas e jurídicas de vulnerabilidade.

Constitui expressivo desafio da presente linha de pesquisa congregar variados focos de análise tendo por base reflexões e debates acerca da releitura de arcabouços conceituais clássicos em diálogo com novos modelos de direitos e de suas possibilidades concretas de efetivação.

A linha de pesquisa, dentre outras possibilidades, propugna-se a: 1. problematizar a racionalidade teórica e a aptidão prática de microssistemas legais materiais civis, consumeristas, laborais e processuais para a concretização dos direitos fundamentais; 2. criar um espaço para uma multifacetada reflexão, para a qual convergem as mais importantes questões relativas à crise do paradigma moderno e às características do modelo emergente (natureza/cultura, sujeito/objeto, corpo/psiquismo, razão/paixão); 3. conectar a reflexão jurídica com questões de filosofia prática em geral e da filosofia do direito em particular, incluindo a discussão sobre princípios de justiça, metaética, direitos morais, virtudes, bens humanos básicos, deveres, utilidade, autoridade e bem comum, acerca da fundamentação e da operacionalização dos direitos fundamentais por meio da identificação de princípios ético-jurídicos e de procedimentos que, na dinâmica da sociedade pluralista e democrática, balizem a sua efetivação, na constante busca por uma sociedade mais livre, justa e solidária; 4. refletir e analisar a temática dos direitos fundamentais em sua configuração integral teórica e prática, de modo a abranger os chamados direitos civis, os direitos sócio-econômico-culturais e suas respectivas garantias; 5. problematizar e identificar, desde uma perspectiva teórica transdisciplinar, novos sujeitos de direito e suas relações concretas com os diversos modelos jurídicos de garantia e de concretização dos direitos fundamentais no espaço público das instituições jurídicas, da sociedade e do mercado; 6. releitura de institutos tradicionais das relações civis, de consumo e trabalhistas e da tutela processual individual e transindividual – e a própria mitigação da dicotomia entre direito público e direito privado – motivada por este novo paradigma de sujeito, em que a mera proteção da autonomia privada, de cunho individualista e patrimonialista, dá lugar à proteção integral da dignidade da pessoa humana por meio da aplicação direta dos princípios constitucionais às relações privadas, no âmbito da perspectiva metodológica da chamada constitucionalização do direito privado e processual.

Professores vinculados: Prof. Dr. Dennis Verbicaro Soares, Profa. Dra. Gisele Santos Fernandes Góes, Prof. Dr. Ney Stany Moraes Maranhão, Profa. Dra. Pastora do Socorro Teixeira Leal, Profa. Dra. Rosalina Moitta Pinto Da Costa, Prof. Dr. Sandoval Alves da Silva, Prof. Dr. Victor Sales Pinheiro.

3. Direitos Fundamentais e Meio Ambiente

A presente linha de pesquisa apresenta como recorte metodológico de investigação o meio ambiente, urbano e rural, bem como o problema fundiário e a consolidação dos territórios tradicionais, a partir da principiologia dos direitos fundamentais tendo por base a sustentabilidade ambiental contemporânea, numa concepção holística da problemática.

A supremacia dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito brasileiro resulta em reconhecer juridicamente a pluralidade cultural existente, desde sua formação histórica, na sociedade. Assim, o negro, o índio, o colonizador português, a diferença de gênero, cor, idade, a opção sexual sexualidade humana, enfim, toda e qualquer situação, segmento ou agrupamento social teve seu reconhecimento nas bases do estatuto jurídico-político atual, posto que os fundamentos constitucionais estão assentados nos valores de uma sociedade fraterna, pluralista, sem preconceitos e inclusiva. Com isso, a titularidade dos direitos é reafirmada axiologicamente pelo princípio da dignidade da pessoa humana, basilar no ordenamento constitucional hodierno.

Tomando como eixo a dignidade humana, os participantes desta linha de pesquisa se tem voltado para um ponto em comum em seus estudos e pesquisas – o meio ambiente, ou seja, o espaço de vivência dos seres humanos protagonistas de suas pesquisas, seja o meio ambiente rural, seja o urbano. Afinal, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” devendo ser protegido pela sociedade civil e Poder Público, para as gerações atuais e futuras.

O desiderato contemporâneo é proporcionar ao ser humano homem brasileiro qualidade de vida digna e sadia: meio ambiente adequado à saúde e bem estar da população. Paradigmaticamente, nos conceitos atuais, o desenvolvimento perseguido é o sustentável, concebido como princípio constitucional e resulta do desenho institucional demarcado pela expansão da economia de mercado. Assim, a sustentabilidade, no ideário desenvolvimentista, está umbilicalmente vinculada a elementos econômicos de um modelo de apropriação dos bens ambientais.

Todavia, nos últimos anos, a linha de pesquisa tem estudado o outro lado da moeda e adentrado na investigação do bem estar socioeconômico, o equilíbrio ecológico, assegurando a diversidade cultural e a proteção da natureza, os quais não estão espelhados pelo predomínio do elemento econômico, tal como sói acontecer no desenvolvimento sustentável, mas de qualidade de vida, voltada para o desenvolvimento, sim, todavia para o desenvolvimento humano, em desprezo ao sustentável/econômico, pois a prática tem

evidenciado que não raro o desenvolvimento sustentável tem feito *tabula rasa* da qualidade de vida e voltado suas costas para a dignidade humana. Daí, então, ser adequado buscar o valor conceitual *sustentabilidade* para identificar a presente linha de pesquisa, ao lado dos direitos fundamentais e do meio ambiente. Resumindo, a intenção é de desenvolver a discussão sobre a questão teórica-metodológica da interface sociedade e meio ambiente, o vínculo existente entre o meio ambiente e direitos fundamentais, pois a violações dos direitos humanos podem igualmente levar a degradação ambiental ou tornar mais difícil a proteção ambiental, tanto na esfera rural como urbana.

Professores vinculados: Prof. Dr. Antônio José de Mattos Neto, Profa. Dra. Daniella Maria dos Santos Dias, Profa. Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Prof. Dr. Girolamo Domenico Treccani, Prof. Dr. João Daniel Sá, Prof. Dr. Jose Heder Benatti, Profa. Dra. Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin, Profa. Dra. Luly Rodrigues da Cunha Fischer, Profa. Dra. Valena Jacob Chaves.

4. Estudos Críticos do Direito

A linha de pesquisa “Estudos Críticos do Direito” reúne pesquisadores/as situados em vários campos acadêmicos (Direito, Filosofia, Sociologia, Antropologia), que buscam desenvolver reflexões críticas, interdisciplinarmente, sobre as práticas e os discursos/justificações jurídicos e governamentais.

Negando o caráter neutro, essencialmente técnico e resolutivo da dogmática e da prática jurídica, os/as membros/as desta linha reivindicam um olhar crítico em dois níveis fundamentais: (a) crítica às relações de poder e às hierarquizações sociais baseadas em estigmas consolidados nas normatividades e práticas jurídicas; e (b) crítica aos pressupostos epistêmicos da racionalidade jurídica e da razão governamental hegemônicas.

A partir desta proposta teórico-política, os/as docentes da linha investigam acerca de uma grande variedade de temas e questionamentos teóricos e empíricos ligados à defesa irrestrita da justiça social, tais como: linguagem, ética, gênero, etnicidade, capital e trabalho, desigualdades sociais, criminalização e marginalização da pobreza, normalizações e hierarquizações no capitalismo tardio, estudos decoloniais, direitos humanos, neoliberalismo, movimentos sociais, grupos vulnerabilizados, bioética e biodireito, entre outros.

Professores vinculados: Profa. Dra. Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith, Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão, Prof. Dr. Jean-François Deluchey, Profa. Dra. Mônica

Prates Conrado, Prof. Dr. Paulo Sérgio Weyl A. Costa, Prof. Dr. Raimundo Wilson Gama Raiol, Prof. Ricardo Dib Taxi, Prof. Dr. Ricardo Evandro Martins, Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos.

5. Sistema penal e Direitos Humanos

O objetivo desta linha de pesquisa é analisar o sistema penal em suas mais variadas manifestações, tendo sempre como fio condutor o modelo de Estado Democrático de Direito, desenhado pela Constituição da República de 1988. Serão analisados temas relativos à violência, punição, pena, processo, controle social, à dogmática penal e ao funcionamento do sistema.

Tratam-se de temas que costumam aguçar interesses e ocupar a cena dos mais distintos discursos, que transitam desde o senso comum até as formulações acadêmicas mais sofisticada e precisam ser analisados criticamente.

Os projetos de pesquisa nesta linha objetivam analisar os discursos voltados à questão verificando sua compatibilidade com o modelo constitucional vigente e com a teoria dos direitos humanos.

Professores vinculados: Profa. Dra. Ana Cláudia Bastos Pinho, Profa. Dra. Luanna Tomaz de Souza, Prof. Dr. Marcus Alan de Melo Gomes.

3.2.1 Pós-Graduação *stricto sensu*

Tendo como foco a pesquisa, os cursos de pós-graduação *stricto-sensu* compreendem cursos de mestrado e doutorado abertos de acordo com os programas aprovados pela CAPES.

Foram ofertadas, no ano de 2021, 46 (quarenta e seis) vagas anuais nos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e até o ano de 2025, pretende-se manter esse quantitativo, considerando as normas da CAPES sobre o limite de orientandos por docente do Programa.

Quadro 2. Vagas ofertadas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em 2021 e Expansão

		Ano Base	Expansão			
CURSO*	MODALIDADE**	2021	2022	2023	2024	2025
Mestrado em Direito	Presencial	30	30	30	30	30

Doutorado em Direito	Presencial	16	16	16	16	16
TOTAL: 46						

Conforme indicado acima, considerando as normas da CAPES acerca do limite de orientandos por docente e o número de docentes credenciados e duplicados no PPGD, a projeção é de manutenção do número de vagas a serem ofertadas, salvo exceções decorrentes de alterações das normas da CAPES acerca do assunto.

Para uma melhor análise e observância da oferta dos cursos, o **Quadro 3** apresenta a oferta de vagas atualmente:

Quadro 3. Cursos de Pós-graduação e vagas ofertadas atualmente.

CURSO OFERTADO	MODALIDADE*	TURNO*	VAGAS	MATRÍCULAS
Mestrado em Direito	Presencial	Diurno e Noturno	30	
Doutorado em Direito	Presencial	Diurno e Noturno	16	
TOTAL	46			

3.2.2 Pós-Graduação Lato Sensu

O curso de Especialização em Direitos Humanos em convênio com o Ministério Público do Estado do Pará ofertou 60 (sessenta) vagas para membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará, para servidores da UFPA e demanda social. A renovação dessa especialização depende do interesse de órgãos públicos ou empresas privadas, não havendo, portanto, como projetar vagas para os próximos anos.

Quadro 4. Vagas ofertadas na Pós-Graduação Lato Sensu em 2021 e Expansão

		Ano Base	Expansão			
CURSO	MODALIDADE	2021	2022	2023	2024	2025
Especialização em Direitos Humanos	Ensino a Distância	60				
TOTAL		60	0	0	0	0

Como dito acima, o curso de Especialização em Direitos Humanos depende de financiamento para sua execução. Assim, não há como projetar a oferta de novas vagas, considerando que o atual financiamento se restringe às ofertas de 2021.

Destacamos outra especialização que atendem a várias carreiras e variados projetos, nas categorias de especialização, MBA – Master in Business Administration e Residências, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. A previsão de início deste curso de especialização no corrente ano de 2022, conforme dados apresentados no **Quadro 5**.

Quadro 5. Vagas ofertadas na Pós-Graduação Lato Sensu em 2021 e Expansão

		Ano Base	Expansão			
CURSO	MODALIDADE	2021	2022	2023	2024	2025
PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA AMAZÔNIA	Presencial	0	60	0	0	0
TOTAL		60				

Em face de financiamento advindo de parceria institucional entre a PRT8 e a Universidade Federal do Pará, a especialização no PPGDDA acima informada será uma das 10 ações do “PROGRAMA DE AÇÕES EMPREGABILIDADE E FORMAÇÃO LGBTQI+ NO ICJ UFPA”, o qual será efetivado o período 01/05/2022 a 30/04/2025, coordenado pela professora LUANNA TOMAZ DE SOUZA, conforme PORTARIA Nº 50/2022-ICJ/GD e Termo de Compromisso firmado em 25/03/2021 com o objetivo de destinar recursos oriundos da ACPCiv nº 0029300-17.2006.5.08.0012 e de outras ações civis públicas para a realização do projeto PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE LGBTQIA+ UFPA/MPT.

3.3 Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA/ICJ/UFGPA)



Há pelo menos 3 (três) anos, o Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará - UFGPA vem desenvolvendo estudos acerca da necessidade/viabilidade de criação de um Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito.

A demanda surge da aproximação de um grupo de professores que enxergaram a necessidade de articular suas pesquisas, produção científica e atuação docente, sobretudo considerando demandas que chegaram oficialmente ao Instituto por meio de Ofícios encaminhados por Instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, a Associação dos Servidores da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, entre outros.

Esse reclamo da sociedade se dá tanto pelo anseio das mais diversas categorias de gestores públicos quanto por diversos profissionais em obter aprofundada qualificação para lidar com os negócios públicos e privados na Amazônia que trazem grandes impactos à realidade regional, tendo em vista que até hoje não há em toda a região Norte do país um programa de pós-graduação profissional em Direito que fomente pesquisas que importem na produção de conhecimento científico com consistência teórica e dinâmica aplicada, com inovação, para a melhoria das condições de desenvolvimento da Amazônia.

A necessidade de criação de um projeto de mestrado profissional surgiu, portanto a partir de discussões dentro do corpo docente do ICJ e de discussões na própria subunidade

PPGD, havendo uma preocupação em identificação de professores do PPGD dispostos a se dedicar ao novo Programa, descredenciando-se do PPGD da condição de professores permanentes, permanecendo ali como colaboradores ou ainda migrando definitivamente para o novo programa, bem como aqueles dispostos a duplicar atividades, agregando suas experiências à pós-graduação stricto sensu ao novo programa, como os Professores Andreza Smith, Antônio José de Matos Neto, Luma Cavaleiro Scaff, José Heder Benatti, Girolamo Treccani, Luly Fischer, Maria Stela Campos da Silva.

A sociedade local e amazônica precisa de acesso a Cursos de Pós-Graduação Profissionais, pois em sendo uma região ampla, acaba que seus profissionais são, como já foram por muito tempo, obrigados a mudar de região para o eixo sul e sudeste, a fim de conseguir o devido acesso às Pós-Graduações Profissionais na área do Direito.

Desse modo, expandir a pós-graduação para a região amazônica é meta prevista pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará para o decênio 2016/2025, e o Instituto de Ciências Jurídicas, para atender à missão da Universidade Federal do Pará e a sua própria missão.

O Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA) está localizada no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, ocupando uma área total de **61,2 m²**, distribuídos no segundo piso do prédio do ICJ, no qual também funciona o Programa de Pós-Graduação em Direito. Sua estrutura compõe quatro salas: sendo uma para a coordenação, uma para a secretaria, uma para sala de reunião e uma sala de aula com capacidade para 15 lugares. Até o ano de **2025**, pretende-se que a estrutura do PPGDDA se amplie, com a inclusão de novos espaços, conforme o **Quadro 6** apresentado a seguir:

Quadro 6. Proposta de criação de novos espaços de suporte administrativo³

Nº	AMBIENTES / SALAS	M ²
1	Sala de Aula Biblioteca	48,1
TOTAL		48,1

³ Incluem-se sala da direção, arquivo setorial, copa, secretaria, etc.

A previsão até o final do ano de 2025 é aumentar também a quantidade de salas de aula para suportar o crescimento das atividades acadêmicas do PPGDDA. O **Quadro 7** apresenta os novos espaços e suas medidas:

Quadro 7. Proposta de criação de novos espaços de suporte às atividades acadêmicas

Nº	AMBIENTES / SALAS	M ²
1	sala de aula 1	28,8
2	sala de aula 2	48,1
TOTAL		76,9

O PPGDDA possui atualmente 47 discentes matriculados no Curso “Mestrado Profissional em Desenvolvimento na Amazônia. Tivemos em 2021, 25 matriculados e o ano de 2022 deverá ser encerrado com 30 outros discentes matriculados, os quais são selecionados a partir de vagas exclusivas garantidas aos órgãos parceiros por meio dos instrumentos de cooperação firmados, com órgãos do: TCE, MPC, PGE, DPE, SEFA, APMB, MPF e TRT8.

Destas vagas informadas, o Programa garante 20% das vagas para a ampla concorrência, com cotas para pessoas vulnerabilizadas socialmente: pretas, pobres, indígenas, quilombolas e com deficiência. Como estamos no segundo ano de funcionamento do curso, ainda não temos egressos e nenhuma evasão foi registrada.

Vale ressaltar que, com o objetivo de propiciar um campo de experiências e conhecimentos que constitua em possibilidade de articulação teórico-prática, criando um espaço de transição entre a vida estudantil e a vida profissional, a Unidade oferta bolsas de estágio para graduandos da UFPA, conforme quadro abaixo:

Quadro 8. Bolsistas da Unidade

NOME DO BOLSISTA	CURSO
Iasmin Nascimento Alves	Serviço Social
Matheus Teixeira de Oliveira	Administração
Nathália Karoline da Silva Costa	Administração

Além disso, em face do compromisso social dos órgãos parceiros para com a pesquisa científica, a ciência e a tecnologia, o PPGDDA possui uma bolsa para mestrado no primeiro biênio (2021-2022) e duas bolsas para o segundo biênio (2023-2024).

Com a futura realização da especialização em PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA AMAZÔNIA, o PPGDDA contará com 4 bolsas de tutoria para mestrados e doutorandos, as quais serão compartilhadas com o PPGD.

A seguir, de maneira a possibilitar maior conhecimento aos leitores, apresentaremos o corpo docente e técnico que compõe o PPGDDA. Respectivamente, no **Quadro 9** e **Quadro 10**, expomos os servidores técnicos e docentes que compõe o PPGDDA.

Quadro 9. Técnicos-administrativos lotados no PPGDDA

NOME	CARGO	FUNÇÃO
Deivan Cristian Rodrigues de Sousa	Assistente em Administração	Secretário

Quadro 10. Docentes em exercício e vinculados ao PPGDDA

NOME	TITULAÇÃO
Alex Lobato Potiguar	Doutorado
Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith	Doutorado
Arianne Brito Cal Athias	Doutorado
Assis da Costa Oliveira	Doutorado
Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	Doutorado
Fabício Vasconcelos de Oliveira	Doutorado
Girolamo Domenico Treccani	Doutorado
José Heder Benatti	Doutorado
Loiane Prado Verbicaro	Doutorado
Luanna Tomaz de Souza	Doutorado

Luciana Neves Gluck Paul	Doutorado
Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha	Doutorado
Luly Rodrigues da Cunha Fischer	Doutorado
Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff	Doutorado
Maria Stela Campos da Silva	Doutorado
Saulo de Oliveira Pinto Coelho	Doutorado

ESTRUTURA E PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS



4. Infraestrutura Física

O Instituto de Ciências Jurídicas está localizado no Campus Profissional da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto – Rua Augusto Correa nº 01, Bairro do Guamá, CEP: 66.075-110, ocupando uma área total de aproximadamente 1.213,52m², distribuídos conforme instalações descritas a seguir:

Tabela 2. Instalações do ICJ e suas dimensões

INFRAESTRUTURA DA UNIDADE		
Ambiente	Descrição	m²
Área de Circulação	Área de Circulação Interna (Altos do Prédio)	63,00
Área de Circulação	Área de Circulação Interna (Térreo do Prédio)	54,00
Arquivo	Arquivo do ICJ	66,48
Biblioteca	Sala de consulta da Biblioteca	20,14
	Chefia da Biblioteca Setorial	20,18
	Web Rom da Biblioteca	24,00
	Sala de leitura da Biblioteca	50,00
	Estanteiras da Biblioteca	135,00
	Processamento técnico da Biblioteca	9,69
	Atendimento ao usuário da Biblioteca	19,53
Sala Administrativa	Direção Geral	29,00
Sala Administrativa	Direção Adjunta	29,00
Sala Administrativa	Secretaria Executiva	17,89
Sala Administrativa	Setor de Informação (TI)	15,60
Sala Administrativa	Coordenação Acadêmica	15,60
Sala Administrativa	Coord. de Planejamento, Gestão e Avaliação	47,84
Sala Administrativa	Direção da Faculdade	26,75
Sala Administrativa	Secretaria da Faculdade	64,00
Sala Administrativa	Recepção da Faculdade	13,00
Sala Administrativa	Sala de Reunião da Faculdade	23,71
Sala Administrativa	Sub-almoxarifado	41,00
Sala Administrativa	Depósito d'água	
Sala Administrativa	Depósito de materiais permanentes	3,43
Sala Administrativa	Sala do NDE	9,00

Sala	Sala 01 - Pesquisador do PPGD	16,34
Sala	Sala 02 - Pesquisador do PPGD	16,34
Sala	Sala 03 - Pesquisador do PPGD	15,50
Sala	Sala 04 - Pesquisador do PPGD	15,50
Sala	Sala 05 - Secretaria Administrativa	18,29
Sala	Sala 06 - Sub arquivo do PPGD	18,28
Sala	Sala 07 - Recepção PPGD	27,00
Sala	Sala 08 - Pesquisador do PPGD	21,16
Sala	Sala 09 - Pesquisador do PPGD	16,48
Sala	Sala 10 - Sala de Reuniões do PPGD	19,76
Sala	Sala 11 - Coordenação do PPGD	16,77
Sala	Sala 12 - Pesquisador do PPGD	19,92
Sala de aula	Sala 13 - Sala de aula 1 do PPGD	27,00
Sala de aula	Sala 14 - Sala de aula 2 do PPGD	27,00
Sala	Sala 15 - Sala de Estudos do PPGD	19,21
Sala	Sala 16 - Pesquisador do PPGD	12,18
Sala	Sala 17 - Pesquisador do PPGD	12,18
Banheiros	Feminino no Prédio/Altos	32,00
Banheiros	Feminino no Prédio/térreo	26,00
Banheiros	Masculino - Prédio/Altos	32,00
Banheiros	Masculino - Prédio/Térreo	29,00
Auditório/Teatro	José Accúrcio	100,80
Auditório/Teatro	José Vicente Miranda Filho	347,00
Auditório/Teatro	Hailton Correa Nascimento (altos do ICJ)	84,00
Auditório/Teatro	Tribunal do Júri	281,26
Sala Administrativa	Sala do Professor do PPGD	21,16
Sala Administrativa	Núcleo de Práticas Jurídicas	255,28
Sala de Professor	Sala dos Professores	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40

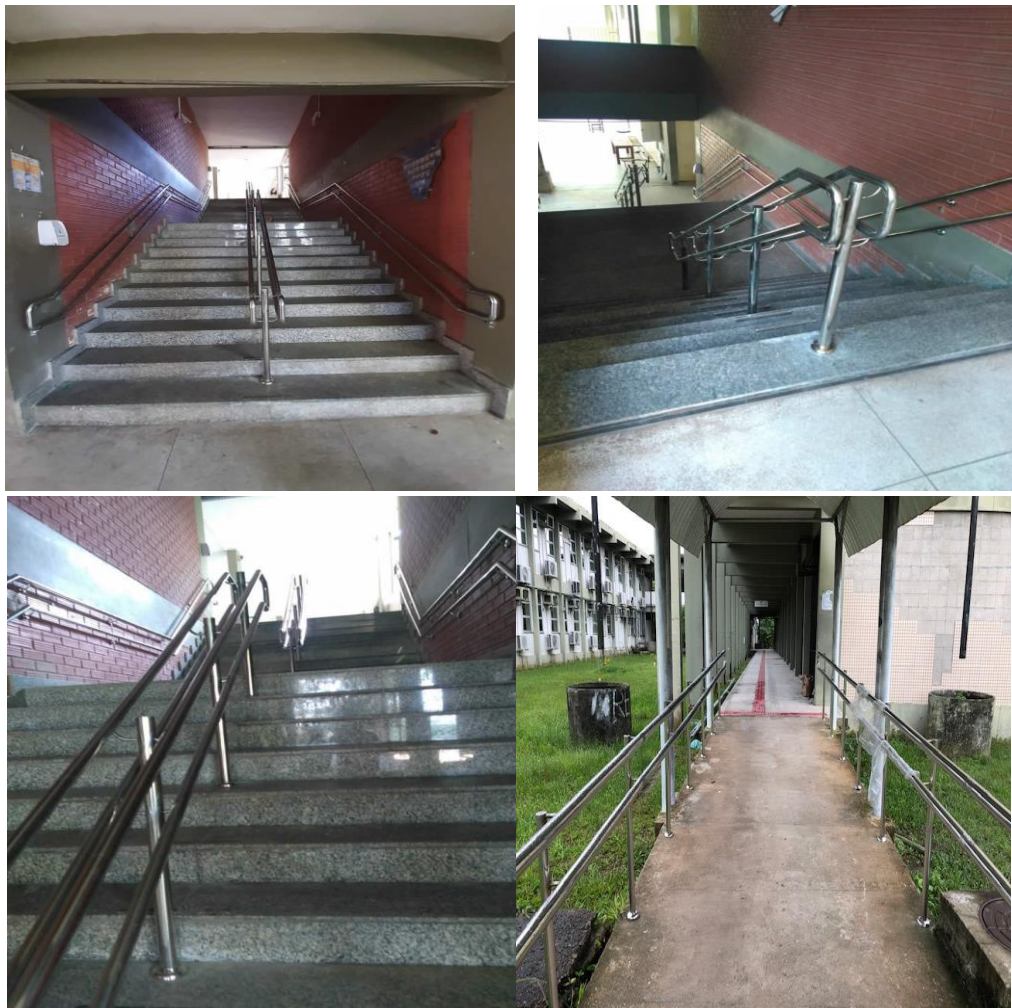
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40
Salas de Aula	Pavilhão LP/ Lab. Direitos Humanos - altos	50,40
Salas de Aula	Pavilhão LP/ Lab. Direitos Humanos - altos	50,40
Salas de Aula	Auditório Ary Brandão- LIJUR	50,40
Outros Serviços	Protocolo - Pavilhão LP – Altos	28,48
Outros Serviços	Mini copa do banheiro da Direção Adjunta/Térreo	2,00
Outros Serviços	Mini copa do banheiro da Direção Geral /Térreo	2,00
Outros Serviços	Copa do ICJ	26,00
Outros Serviços	Sala de Máquinas - Prédio/Altos	6,00
Outros Serviços	Sala de Máquinas - Prédio/Térreo	6,00
Outros Serviços	Sala de Iluminação	6,00
Outros Serviços	Foyer - Prédio/ Térreo	155,00

Em seus espaços físicos temos a garantia adequada das condições de acessibilidade, ações da gestão do ICJ oportunizadas para adequar os espaços as normas vigentes. Nos dois últimos anos foram tomadas as seguintes ações:

- Adequação arquitetônica para acessibilidade nos pavilhões de aula, laboratórios e auditórios do Instituto, como criação:
 - Rampas nos acessos as salas de aula e auditório;
 - Espaço reservado para cadeirantes nos auditórios;
 - Banheiros com adequação para PNE (no prédio do ICJ e nos auditórios);
 - Plataforma para acessibilidade: equipamento utilizado na locomoção de cadeirantes, idosos e portadores de mobilidade reduzida;
 - Piso tátil nos corredores dos pavilhões de aula;
 - Corrimão no acesso do estacionamento para os pavilhões de aula;
 - Corrimão central nas escadas dos pavilhões de aula;
- Mesa própria para cadeirantes nas salas de aula;
- Mesa própria para cadeirante no Laboratório de Informática - LIJUR;
- Micros computadores com aplicativos para deficientes visuais, fone de ouvido e teclados colmeia, no Laboratório de Informática - LIJUR e na Biblioteca do ICJ;

A seguir anexamos algumas imagens que mostram os benefícios realizados no ICJ para acessibilidade em seus espaços:

Imagem 2. Fotos dos espaços com a estruturas de acessibilidade



Fonte: imagens retiradas do site do ICJ cf. em: https://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=499&Itemid=336

PLANEJAMENTO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS



5. Planejamento de pessoal do ICJ

Nesta seção iremos apresentar a quantidade de servidores, e demais trabalhadores, que compõe o ICJ. Informaremos também os dirigentes da Unidade; titulação dos docentes e técnicos-administrativos; qualificação e capacitação; progressão; ocupação nos setores; previsões de aposentadorias, remoção e outros; etc.

5.1 Dirigentes da Unidade

A seguir apresentamos o **Quadro 11** no qual é informado os Dirigentes atuais do ICJ e de suas Subunidades, bem como o e-mail de contato. As informações prestadas no referido quadro, são encontradas no site institucional⁴.

Quadro 11. Dirigentes da Unidade

Unidade e Subunidade	Função	Nome	E-mail
ICJ	Diretora Geral	Valena Jacob Chaves	valenajacob@ufpa.br
ICJ	Diretora Adjunta	Luanna Tomaz de Souza	luannatomaz@ufpa.br
Faculdade de Direito	Diretora	Maria Stela Campos da Silva	stelacampos@ufpa.br
Faculdade de Direito	Vice-Diretora	Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	elianafranco@ufpa.br
Programa de Pós-Graduação em Direito	Coordenador do Programa	Breno Baia magalhães	brenobaiaimag@gmail.com
Programa de Pós-Graduação em Direito	Vice-Coordenador do Programa	Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães	
Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia	Coordenadora do PPGDDA	Andreza do socorro pantoja de oliveira smith	andrezasmith@ufpa.br
Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia	Coordenadora do PPGDDA	Luly Rodrigues da Cunha Fischer	lucianapaul@ufpa.br
Núcleo de Prática Jurídica	Coordenadora no NPJ	Alexandre Coutinho da Silveira	Verena.mendonca@ufpa.br
Coordenação de Planejamento, Gestão e Avaliação do ICJ	Coordenador da CPGA	Marcelo lavareda santos	marcelolavareda@ufpa.br

⁴ Cf. endereço do site institucional do ICJ e de suas subunidades: <https://www.icj.ufpa.br/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

5.2 Apresentação do perfil dos Técnicos-Administrativos e suas áreas de lotação no ICJ

A seguir apresentaremos os servidores técnicos-administrativos do ICJ e seus locais de lotação na Unidade em 2021. No **Quadro 12** informaremos os nomes dos servidores, lotação nas subunidades, cargo, função, classificação funcional, nível de capacitação e titulação. São um total de 25 servidores técnico-administrativo lotados nas diversas subunidades do ICJ.

Quadro 12. Técnicos-administrativos lotados no ICJ

LOTAÇÃO	NOME	CARGO	FUNÇÃO	CLASSIFIC.	CAPACITAÇÃO	TITULAÇÃO
PPGD	Alessandra Liliane Nascimento da A. Borges	Assist. em Adm.	Secretária	D	4	Mestrado
PPGDDA	Deivan Cristian Rodrigues de Sousa	Assist. em Adm.	Secretário	D	4	Graduação
Faculdade de Direito	Diego Marcelo de Miranda Barroso	Assist. em Adm.	Secretário	D	3	Graduação
Arquivo Setorial	Eduardo Amaral Martins	Bibliotecário		E	4	Graduação
Coordenação Acadêmica	Eveline Vaz Costa	Assist. em Adm.	Secretária	D	3	Ensino Médio
LIJUR	Thiago da Silva Viana	Tec. Tecnologia da Inform.		D	1	Ensino Médio
PPGD	Gleicce de Jesus	Assist. em Adm.		D	2	Ensino Médio
Biblioteca setorial	Jessica Andrade Figueiredo	Bibliotecária		E	1	Especialização
PPGD	Jessika Jhennifer da Silva Carvalho	Assist. em Adm.		D	2	Mestrado
CPGA	Jorge Rodrigues Bastos	Assist. em Adm.	Chefe do setor de infraestrutura	D	4	Graduação
CPGA	Joyce Correa Fontes	Contador		E	1	Mestrado
Biblioteca setorial	Karina Freitas Rodrigues	Bibliotecária	Diretora	E	4	Graduação
Faculdade de Direito	Lemoel Silva Costa	Assist. em Adm.		D	4	Graduação
CPGA	Marcelo Lavareda Santos	Assist. em Adm.	Coordenador	D	4	Especialização
NPJ	Maria Beatriz Vieira Vital	Assist. em Adm.		D	4	Graduação
Coordenação Acadêmica	Mariana Trindade da Paz Wanzeler	Pedagoga		E	4	Especialização
NPJ	Mario Domingos Castro Maranhao Wolf	Assist. em Adm.	Secretário	D	3	Graduação

Biblioteca setorial	Mariza de Nazare Rodrigues da Costa	Assist. em Adm.		D	4	Graduação
Faculdade de Direito	Pedro Furtado Ferreira	Assist. em Adm.		C	4	Graduação
NPJ	Regina Lucia Neves Pinto	Contínuo		C	4	Ensino Médio
CPGA	Rayane Sue Even Carneiro de Paiva	Administrador	Chefe da divisão financeira	E	1	Mestrado
CPGA	Roberto Brabo Pantoja Machado	Assist. em Adm.	Chefe da divisão administrativa	D	4	Especialização
CPGA	Rui da Silveira	Contínuo		C	4	Graduação
Biblioteca setorial	Samuel da Rocha Serruya	Assist. em Adm.		D	4	Graduação
Biblioteca setorial	Valfredo Nunes Teixeira	Assist. em Adm.		D	1	Ensino Médio
Secretaria Executiva	Wanilza Trindade Gama	Assist. em Adm.	Secretária Executiva	D	1	Especialização

Na tabela 3, apresentada a seguir, informaremos a quantidade de servidores técnico-administrativo dividida por nível.

Tabela 3. Quantitativo Geral de TAES por nível

NÍVEL	QTD
Nível Superior	6
Nível Médio/Técnico	18
Nível Fundamental	3
TOTAL	25

Na próxima tabela, apresentaremos as estimativas para possíveis vacâncias no quadro dos servidores técnicos-administrativos lotados no ICJ. Ressaltamos, que as estimativas acompanham o período deste PDU, ou seja, até 2025. Na **Tabela 4** é possível identificar nossa previsão seguindo o período do ano indicado. Registramos possíveis vacâncias de aposentadoria.

Tabela 4. Quantitativo de possíveis vacâncias no quadro de TAES da Unidade

NÍVEL	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Aposentadoria	04	03	-	-	
Remoção	-	-	-	-	

Redistribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
TOTAL	04	03	-	-
				07

Considerando-se as informações acima, destaca-se a necessidade de recomposição/expansão do Quadro de TAES em sete futuras contratações de novos servidores pela UFPA para preencher as vagas informadas. Na Tabela 5, apresentada a seguir, informamos a recomposição necessária conforme o nível a ser vago:

Tabela 5. Recomposição/Expansão do Quadro de TAES

NÍVEL	2022	2023	2024	2025
Nível Superior	2	2	-	-
Nível Médio	-	3	-	-
TOTAL	2	5	-	-

A necessidade de garantir a reposição das vagas originárias a partir de aposentadorias, informadas nas tabelas acima, se mostram prioritárias para manter o serviço de atendimento das demandas em funcionamento. Nos últimos anos a UFPA vem sofrendo de forte redução de seus funcionários por falta de políticas e apoio do governo federal em substituí-las. Em nosso caso, existe a necessidade de ampliar, contudo, por motivos exteriores que permeiam a política nacional, a reposição é algo mais palpável que garantiria a qualidade do atendimento a comunidade acadêmica. Ressaltamos, que algumas destas vagas não poderão ser substituídas, por conta de não mais existir os níveis que serão vagos.

A próxima Tabela a ser apresentada de maneira sintetizada a classificação e titulação dos servidores técnicos-administrativos lotados no ICJ.

Tabela 6. Classificação e Titulação do Quadro de TAES

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL	%
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALISTA	MESTRADO	DOCTORADO		
Classe A	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe B	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe C	-	1	2	-	-	-	3	11%

Classe D	-	4	9	3	2	-	18	67%
Classe E	-	-	2	2	2	-	6	22%
TOTAL	-	5	13	5	4	-	27	100%

$$IQCTA = (5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF) / (D + M + E + G + EM + EF) = 1,38$$

A seguir apresentamos, de maneira sintetizada, Tabela informativa dos funcionários técnicos-administrativos por nível de capacitação.

Tabela 7. Quantidade de funcionários técnicos-administrativos do ICJ por nível de capacitação

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	QUANTIDADE
A	I	
	II	
	III	
	IV	
B	I	
	II	
	III	
	IV	
C	I	
	II	
	III	
	IV	3
D	I	2
	II	2
	III	3
	IV	11
E	I	3
	II	
	III	
	IV	3

Observa-se que 17 funcionários técnico-administrativo lotados no ICJ, bem mais do que a metade do corpo técnico total, 27 funcionários, conseguiram concluir todos os níveis de capacitação. Ou seja, já se encontram no nível IV. Apenas 5 funcionários técnico-administrativo ainda se encontram em níveis iniciais, em nosso caso nível I da capacitação.

No contexto geral, podemos concluir que nossos funcionários técnico-administrativos seguem a política de se capacitar para melhor atender à comunidade

acadêmica da UFPA. Além disso, o setor de gestão de pessoal do ICJ segue acompanhando a capacitação de seus funcionários, constantemente informando a respeito de datas limites para capacitação. O acompanhamento é via sistema de avisos para o chefe do setor, e este informa individualmente cada funcionário lotado no ICJ.

5.3 Perfil do quadro de docentes do ICJ

Em 2021 as atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão do ICJ, são desenvolvidas pelo corpo docente, composto de **67 docentes**, conforme **Quadro 13**.

Quadro 13. Docentes em exercício no ICJ

NOME	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	SITUAÇÃO CARGO	TITULAÇÃO	SUBUNIDADE DE EXERCÍCIO
Alex Lobato Potiguar	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Aleph Hassan Costa Amin	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Alexandre Coutinho da Silveira	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ana Claudia Bastos de Pinho	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ana Claudia Cruz da Silva	ASSISTENTE	I	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Antonio Gomes Moreira Maues	TITULAR	TITULAR	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Antonio Jose de Mattos Neto	TITULAR	TITULAR	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Arianne Brito Cal Athias	ASSOCIADO	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Benedito Wilson Correa de Sá	ADJUNTO C	I	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Breno Baia Magalhaes	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Bruno Soeiro Vieira	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Carlos Rodrigues Zahlouth Junior	AUXILIAR	I	EFETIVO	ESPECIALISTA	FACULDADE DE DIREITO
Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro	ASSOCIADO	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Daniella Maria dos Santos Dias	TITULAR	TITULAR	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Denis Leite Rodrigues	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Dennis Verbicaro Soares	ASSOCIADO	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Elcio Alaudio Silva de Moraes	ASSOCIADO	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO

Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Eliane Cristina Pinto Moreira Foles	ASSOCIADO	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Fabricio Vasconcelos de Oliveira	ASSOCIADO	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Francisco Sergio Silva Rocha	ADJUNTO C	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Girolamo Domenico Treccani	ASSOCIADO	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Gisele Santos Fernandes Goes	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Helio Luiz Fonseca Moreira	ASSOCIADO	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ivanildo Ferreira Alves	ASSISTENTE	II	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Joao Daniel Daibes Resque	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Joao Daniel Macedo Sá	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Jose Alberto Soares Vasconcelos	ADJUNTO C	IV	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Jose Edilsimo Eliziario Bentes	ADJUNTO C	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Jose Heder Benatti	TITULAR	TITULAR	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Loris Rocha Pereira Junior	ASSISTENTE	II	EFETIVO	GRADUAÇÃO	FACULDADE DE DIREITO
Luanna Tomaz de Souza	ADJUNTO C	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Luciana Costa da Fonseca	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Luciana Neves Gluck Paul	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Luiz Alberto Gurjao Sampaio de Cavalcante Rocha	ASSOCIADO	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Luiz Eduardo de Souza	ASSISTENTE	I	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Luiz Otavio Correa Pereira	ASSOCIADO	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Luly Rodrigues da Cunha Fischer	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Luma Cavaleiro de Macedo Scaff	ADJUNTO C	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Marcia Cristina dos Santos Rego	ADJUNTO C	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Marcus Alan de Melo Gomes	ASSOCIADO	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Maria Alida Soares Van Den Berg	ASSISTENTE	II	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO

Maria Brasil de Lourdes Silva	ASSISTENTE	II	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Maria Stela Campos da Silva	ADJUNTO C	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Mario Sergio Beltrao Pamplona	ASSOCIADO	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ney Stany Moraes Maranhao	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Pastora do Socorro Teixeira Leal	ASSOCIADO	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Patricia Kristiana Blagitz Cichovski	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Paula Regina Benassuly Arruda	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Paulo Sergio Weyl Albuquerque Costa	ASSOCIADO	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Pedro Bentes Pinheiro Filho	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Raimundo Wilson Gama Raiol	ASSOCIADO	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ricardo Araujo Dib Taxi	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ricardo Evandro Santos Martins	ADJUNTO C	II	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Ronald Corecha Bastos	ASSOCIADO	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Rosalina Moitta Pinto da Costa	ASSOCIADO	IV	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Sandoval Alves da Silva	ADJUNTO C	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Saulo Monteiro Martinho de Matos	ADJUNTO C	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Sumaya Saady Morhy Pereira	ASSISTENTE	II	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO
Taylisi de Souza Correa Leite	ADJUNTO A	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Valena Jacob Chaves	ASSOCIADO	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Verena Holanda de Mendonça Alves	ADJUNTO C	I	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Victor Sales Pinheiro	ADJUNTO C	III	EFETIVO	DOUTORADO	FACULDADE DE DIREITO
Wilson Rodrigues Ataíde Junior	ADJUNTO C	II	EFETIVO	MESTRADO	FACULDADE DE DIREITO

A partir das informações expostas no Quadro 13, podemos concluir que existem 58 do corpo docente composto por doutores, 9 mestres, 1 especialista e 1 graduado. Índice de titulação que demonstra a qualidade do corpo docente do ICJ.

Na exposição a seguir, informaremos a quantidade de docentes cedidos para outros órgãos externos à Universidade e internamente para outros institutos, ou afastados.

Quadro 14. Docentes cedidos ou afastados

NOME	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO	UNIDADE DE EXERCÍCIO
Ariane Brito Cal Athias	ADJUNTO C	IV	DOCTORADO	CEDIDA	MPE
Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro	ASSOCIADO	II	EFETIVO	CEDIDA	CGSPDH
Taylisi de Souza Correa Leite	ADJUNTO A	I	EFETIVO	CEDIDA	Ministério da Cultura

Quanto ao regime de trabalho, temos no ICJ um pouco menos da metade do corpo docente no regime de trabalho Dedicação Exclusiva (DE), 36 docentes. Em segundo plano, temos a quantidade de 19 docentes em regime de trabalho 40 horas. A fração menor, 14 docentes, são vinculados ao regime de trabalho de 20 horas. O Quadro 15 detalha as informações de maneira sintetizada.

Quadro 15. Corpo docente do ICJ dividido por regime de trabalho

SUBUNIDADE	D.E.	40h	20h	TOTAL
	36	19	14	69
TOTAL	36	19	14	69

Da quantidade total de docentes lotados no ICJ, 69 docentes, prevemos para os anos subsequentes até 2025, período de vigência deste PDU, a quantidade de possíveis vacâncias somam um total de 9 docentes. Este número é construído a partir dos estudos a respeito de possíveis futuras aposentadorias, as quais, talvez, não possam ser efetivadas. Contudo, o número reflete uma taxa importante de renovação do corpo docente. Segue a Tabela 7 expondo os dados.

Tabela 7. Quantitativo de possíveis vacâncias no quadro de Docentes da Unidade.

NÍVEL	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Aposentadoria	1	2	3	3	9
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	1	2	3	3	9

Neste sentido, como dito, a recomposição destas vagas é importante para manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão no ICJ. A não recomposição resulta em falta

de professor nas disciplinas da graduação, por exemplo, em suspensão de disciplinas em determinados semestres do período letivo, vagando em alguns e sobrecarregando outros.

A seguir apresentaremos os dados referentes a qualificação dos docentes lotados no ICJ. A tabela abaixo apresenta a distribuição do quantitativo de docentes, por nível de titulação, podendo refletir o esforço da Unidade e Instituição quanto a melhoria do quadro docente da universidade.

Tabela 8. Quantitativo de Docentes por Titulação

NOME DA SUBUNIDADE	GRADUADOS	ESPECIALISTA	MESTRE	DOUTOR	TOTAL
	1	1	9	58	69
TOTAL	1	1	9	58	69

As análises que podemos retirar destes dados informados sobre o quantitativo de docentes por titulação são resultados positivos. São 82% de docentes doutores, índice relativamente significativo em relação aos outros institutos e às universidades privadas deste país. Segue para mais análises, os indicadores do Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), conforme fórmula abaixo:

$$IQCD = (5D + 3M + 2E + 1G) / (D + M + E + G) = 4,48$$

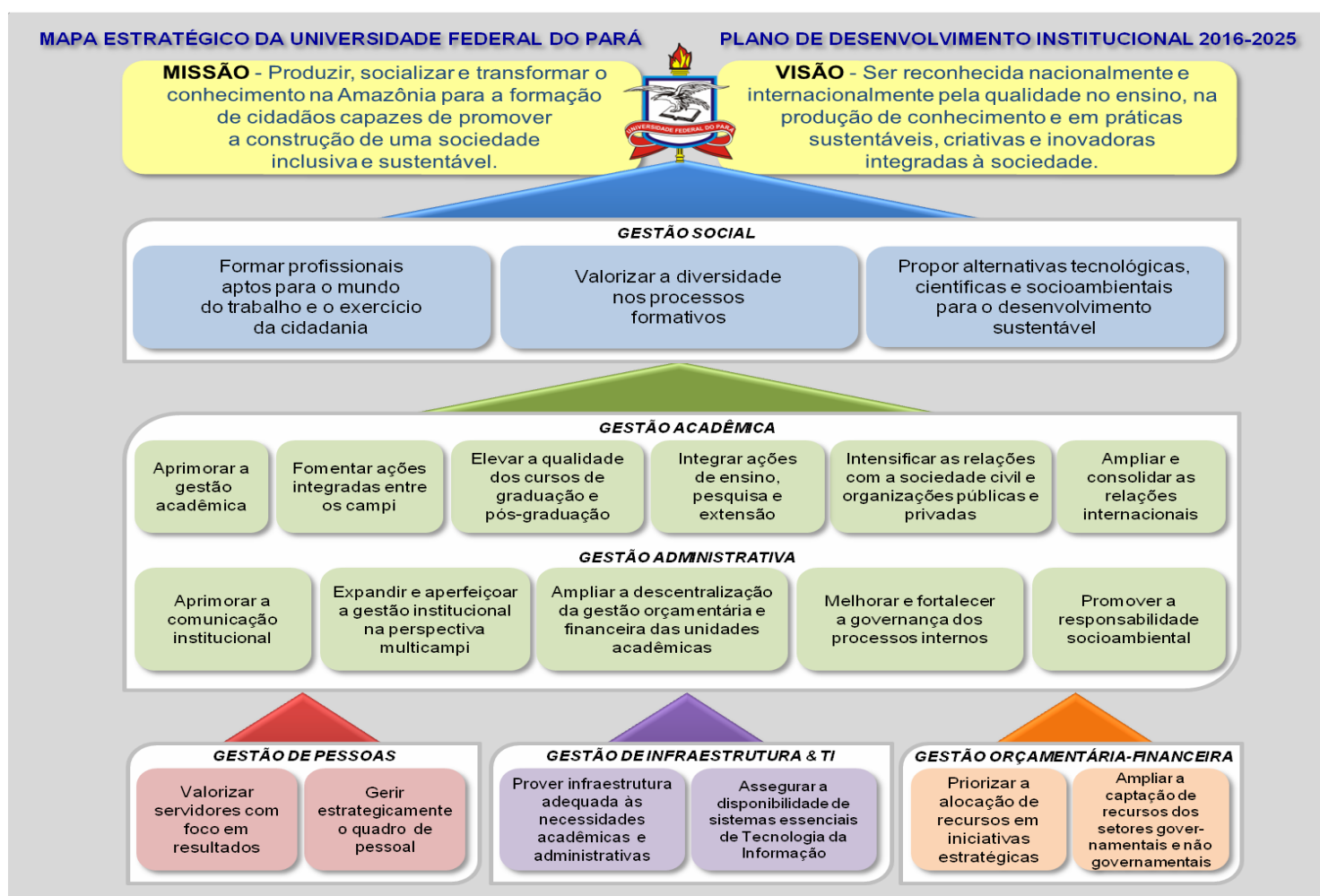
6. Planejamento Tático

São planos com foco no médio prazo e com um pouco menos de detalhes que o Planejamento Estratégico, mais ainda se mantendo enxutos e com certa visão holística.

Uma das principais diferenças do Planejamento Estratégico para o Planejamento Tático é que o primeiro é voltado para a organização com um todo, já o segundo é orientado as áreas e departamentos da empresa, sendo o detalhamento com os meios para atingir os objetivos e metas da organização. Ou seja, podemos dizer que o Planejamento Tático é a decomposição do Planejamento Estratégico para cada unidade, para cada área da Instituição.

O Planejamento Tático do Instituto de Ciências Jurídicas foi construído com base nos objetivos estratégicos elencados no Mapa Estratégico da Universidade Federal do Pará, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI UFPA 2016-2025.

Figura 4: Mapa Estratégico UFPA PDI 2016-2025



Alicerçado no planejamento estratégico da UFPA, o Instituto de Ciências Jurídicas definiu as suas referências, apresentando sua missão, visão e princípios.

Missão

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. O critério de sucesso definitivo para uma organização é o desempenho no cumprimento da missão. É o porquê de sua existência.

Desta forma, o Instituto de Ciências Jurídicas apresenta sua missão:

“Contribuir para a transformação democrática da sociedade, com a produção, difusão e aplicação do conhecimento jurídico por meio da pesquisa, ensino e extensão e através da formação crítica e humanista de profissionais eticamente comprometidos com a sociedade justa inclusiva e sustentável”

Visão

A visão é a idealização de um futuro desejado. É expressa de forma sucinta e inspiradora, pois deve sensibilizar as pessoas que atuam na organização, assegurando a sua mobilização e alinhamento aos temas estratégicos. É responsável por nortear as convicções que direcionam sua trajetória para uma situação em que se deseja chegar num determinado período de tempo.

Desta forma, o Instituto de Ciências Jurídicas apresenta sua visão:

“Ser referência nacional e internacional de excelência da cultura jurídica emancipatória, para a qualificação profissional comprometida com as questões amazônicas, com a defesa dos Direitos Humanos e o desenvolvimento da Amazônia.”

Princípios

Os princípios são os valores ideais de atitude, comportamento e resultados que devem estar presentes nos colaboradores e nas relações com clientes, fornecedores e parceiros. Segundo VERGARA (2004), os valores são um conjunto de sentimentos que estruturam, ou pretendem estruturar, a cultura e a prática da organização. Normalmente, os valores surgem agregados à missão, como uma simples relação ou de forma mais elaborada, como crenças ou políticas organizacionais.

Os valores representam um conjunto de crenças essenciais ou princípios morais que informam as pessoas como devem reger os seus comportamentos na organização. Os valores incidem nas convicções que fundamentam as escolhas por um modo de conduta tanto de um indivíduo quanto em uma organização. São guias ou critérios para os comportamentos, atitudes e decisões de todas e quaisquer pessoas, que no exercício das suas responsabilidades, e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão.

Desta forma, o Instituto de Ciências Jurídicas apresenta seus princípios:

- ❖ Gestão democrática e colegiada mediante o respeito à ética, às necessidades especiais e à diversidade étnica, cultural e sexual;
- ❖ Integração entre os docentes, técnicos e discentes;
- ❖ Capacitação permanente de recursos humanos (técnicos e docentes);
- ❖ Compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade;
- ❖ Respeito às peculiaridades culturais e ecológicas da Amazônia face às diversidades regionais;

- ❖ Implementação de novas tecnologias voltadas ao conhecimento jurídico;
- ❖ Universalização do conhecimento jurídico.
- ❖ A defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente.

Ações, indicadores e metas

Os indicadores permitem a avaliação do desempenho. A utilização dos indicadores no planejamento é primordial para tomada de decisões seguras e bem fundamentadas, baseadas em fatos, e não em suposições.

A meta é o índice de resultado que se espera alcançar. As metas têm como objetivo serem suficientes para assegurar a efetiva implementação do plano. A finalidade de cada meta é enunciada no detalhamento do indicador e expressa um propósito da organização. Um estado de futuro esperado em um determinado período.

Portanto uma meta deve conter: objetivo, valor e prazo. Devem ser: mensuráveis; desafiadoras; viáveis; relevantes; específicas; temporais e alcançáveis.

As ações são os esforços empreendidos para possibilitar que o planejamento seja executado, através do alcance das metas dos indicadores e dos objetivos. Para tanto, os objetivos são desdobrados em ações e iniciativas.

Diante ao exposto, o Instituto de Ciências Jurídicas apresenta seu painel de ações, indicadores e metas alinhados aos objetivos estratégicos do PDI UFPA 2016-2025:

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula	Ano Base 2021	Metas		2024	2025	Ações Estratégicas
				2022	2023			Programas / Projetos / Atividades
	Índice de Satisfação do Usuário	$\text{Gap}/i = \text{Gap} \times \text{Valor onde Gap} = (100 - \text{Satisfação}) \times (-1).$	90%	92%	95%	97%	99%	Pesquisa de satisfação do usuário
Formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania	Nº de Publicações elaboradas a partir das orientações ofertadas pela CDH	Nº de publicações elaboradas a partir das orientações ofertadas pela CDH	10	12	15	16	17	Promover ciclos de capacitações em que os discentes recebam quer orientações teóricas de diferentes áreas do conhecimento, que não seja somente a da somente a da Ciência Jurídica, quer mediante estudo de casos e, a partir desse modelo de intervenção, possam elaborar materiais acadêmicos sobre suas vivências e discussões teóricas.
	Discentes participantes da CIDHA	Nº de discentes participantes da CIDHA	9	11	13	14	15	Apoiar a sociedade civil e o Poder Público em ações de respeito aos direitos humanos.
	Programas de extensão e divulgação	Nº de e materiais de divulgação	9	10	12	15	16	Expansão das atividades de extensão do Programa, em especial, por meio das Clínicas do ICJ e de projetos de divulgação de conhecimento produzido pelo PPGD com o desenvolvimento de novas estratégias de divulgação dos produtos do PPGD por meio de redes sociais (internet), comunicação (rádio e TV) e projetos de extensão.
	Produção de petições e peças processuais	(Nº de petições validadas pela CDH/Nº de petições produzidas ano)	9	10	12	15	16	Orientação do professor e advogado voluntário na produção peças e petições Correção de peças juntos aos bolsistas explicando-lhes possíveis incorreções Cuidados às formatações e normalizações de texto. Consolidação do projeto de acompanhamento de egressos, com apresentação dos primeiros resultados da coleta de dados em 2020 e desenvolvimento de atividades para manutenção de um vínculo mais efetivo entre o Programa e os (as) egressos (as).
	Cursos Novos	Nº de cursos criados de especializações e pós-graduação strictu sensu	1	1	1	1	1	Criação de um curso de Mestrado Profissional em Direito, objetivando atender à demanda por vagas nos cursos acadêmicos e melhorar a formação de profissionais da área na região Norte.

	Produção científica NACIONAL	(Quantidade de artigos publicados em periódicos qualificados durante o ano) + (Quantidade de livros e capítulos de livros qualificados publicados durante o ano).	367	380	390	410	415	Melhoria da qualidade das produções do PPGD, por meio de políticas de fomento à produção qualificada através de destinação de verbas para consolidação de redes de pesquisa entre grupos de pesquisa do PPGD e grupos de outros Estados e países e publicações em conjunto.
	Nº de Discentes ingressantes no PPGD e na Clínica de Direitos Humanos através de ações afirmativas	Nº de ingressos de ações afirmativas por ano	7	9	11	13	15	Abertura de vagas para os cursos de Mestrado e Doutorado para indígenas e quilombolas, a fim de formar profissionais e pesquisadores desses grupos minoritários em situação de risco na região amazônica.
		Nº de alunos da graduação que participam de disciplinas e projetos de pesquisa do PPGD no ano	84	91	95	97	99	Fomento para maior participação de discentes da Faculdade de Direito nas disciplinas e cursos oferecidos pelo PPGD por meio de reserva de vagas e outras formas de fomento.
	Titulados de mestrado e doutorado	(Quantidade de titulados em mestrado pela UFPA durante o ano) + (Quantidade de titulados em doutorado pela UFPA durante o ano)	41	42	43	44	45	Quantidade de mestres e doutores titulados por ano
Forma profissionais aptos em diversas áreas.	Atividade extracurriculares, palestra e eventos realizados	Nº de atividades extracurriculares, palestras e eventos realizados	90	95	105	120	130	Realizações de cursos e minicursos, de palestras, seminários, simpósios e outras atividades
Forjar profissionais capazes de exercer o curso com uma didática acessível.	Discentes matriculado em curso de metodologia	Nº de discentes matriculados em cursos de metodologia	60	65	71	76	80	Melhoria da formação dos discentes em metodologia pedagógica e novas tecnologias, por meio do oferecimento de cursos semestrais
Perspectiva Processos Internos								
Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula	Ano Base 2021	Metas				Ações Estratégicas
				2022	2023	2024	2025	Programas / Projetos / Atividades
Novo projeto político-pedagógico do PPGD	Projeto político-pedagógico do PPGD revisado	% de revisão do Projeto político-pedagógico do PPGD	0%	20%	40%	50%	60%	Discussão e aprovação do novo projeto político-pedagógico do PPGD, incluindo, a reforma da estrutura curricular, metodologia de avaliação e de créditos de estudos dirigidos e publicações.
Acompanhamento da Pós-Graduação/PROPESP	Atividades consolidadas nos objetivos delineados	Nº Atividades consolidadas nos objetivos delineados	3	4	6	8	10	Continuidade do projeto de auto avaliação em conjunto com a PROPESP, com apresentação dos primeiros resultados de coleta de dados em 2020.

Intensificar as relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas	Nº de convênios firmados	Quantidade total de convênios de extensão ativos e registrados no ano	10	10	12	13	14	Convênios que proporcionem aos discentes a realização da prática jurídica.
Atividades realizadas pela Pós-Graduação e CDH à sociedade	Ações publicitárias implementadas sobre Promoção à justiça e assessoria jurídica e judiciária à população	Número de ações publicitárias implementadas	7	7	9	10	11	Ações publicitárias pelas redes sociais, Ascom e outros meios de comunicação
Fortalecer as parcerias acadêmicas, governamentais e não governamentais	Ações acadêmicas em parceria com pesquisadores estrangeiros.	Nº de publicação internacional	24	28	30	32	34	Fomento para realização de disciplinas e minicursos em parceria com pesquisadores estrangeiros, a fim de consolidar a internacionalização do Programa, publicação internacional e formação dos discentes.
Exemplares adquiridos pelas linhas de pesquisa do PPGD	Nº de exemplares adquiridos		15	18	20	23	25	Renovação do acervo da Biblioteca do ICJ com compra de livros indicados pelas linhas de pesquisa do PPGD, além de assinatura de acervo virtual.
Projetos criados em parceria com Instituições estrangeiras na modalidade de cotutela	Nº de projetos criados em parceria com Instituições estrangeiras na modalidade de cotutela	5	5	7	8	9	10	Criação de projetos para dupla titulação de Doutorado, na modalidade de cotutela, com instituições estrangeiras.

Aprimorar o conhecimento dos alunos da Pós-Graduação em assuntos de interesse regionais.	Discentes atendidos em programa de intercâmbio com países da Amazônia internacional	Nº de Discentes atendidos em programa de intercâmbio com países da Amazônia internacional	7	9	11	13	14	Fomento ao intercâmbio de discentes e docentes com países da Amazônia internacional, por meio da criação de vagas de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado destinadas a pessoas dessa região, a fim de consolidar redes de pesquisas nos moldes do Consórcio Latino-Americano existente.
Melhorar e fortalecer a governança dos processo interno	Ferramentas desenvolvidas para estabelecimento de protocolos de atendimento pela secretaria	Nº de ferramentas desenvolvidas para estabelecimento de protocolos de atendimento pela secretaria	5,0	6,0	7,0	8	9	Desenvolvimento de mecanismos administrativos para estabelecimento de protocolos de atendimento pela secretaria.
Promover a responsabilidade sustentável	% de redução do consumo de copos descartáveis	(Qtd de copos descartáveis utilizados no ano anterior) - (Qtd de copos descartáveis utilizados no ano atual) / (Qtd de copos descartáveis utilizados no ano anterior) x 100%	30%	40%	50%	60%	70%	Racionalizar o uso de descartáveis
Renovação do acervo bibliográfico da biblioteca setorial do ICJ	Compra de livros indicados pelo PPGD no ano, para renovação do acervo	Nº de aquisições / nº de déficit de livros	7	10	15	17	19	Renovação do acervo da Biblioteca do ICJ com compra de livros indicados pelas linhas de pesquisa do PPGD, além de assinatura de acervo virtual.
Promover um espaço de arquivo para o PPGD	Etapas de Construção do Arquivo do PPGD concluídas	Nº de Etapas concluídas	0	5	8	11	13	Construção de novo espaço para o arquivo do PPGD, organização e digitalização dos documentos.
Perspectiva Pessoas								
Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula	Metas					Ações Estratégicas

			Ano Base 2021	2022	2023	2024	2025	Programas / Projetos / Atividades
Valorizar servidores com foco em resultados	Índice de alcance da capacitação da equipe técnica-administrativa	nº de servidores sem capacitação/ nº de cursos de capacitação ofertados.	10	10	12	14	15	Promover a capacitação e qualificação através de cursos e treinamentos oferecidos pela própria UFPA e entidades públicas ou particulares externas
	Índice de Participação de Servidores em Ações de Saúde e Qualidade de Vida	(Nº de servidores participantes em ações de (Nº de servidores participantes em ações de saúde e qualidade de Vida / nº total de servidores da Subunidade) x 100	0	2	2	3	4	Colaborar com uma melhor saúde física e mental do servidor para melhor desempenho de suas atividades
	Índice de Qualificação do Corpo Docente	$IQCD = 5D + 3M + 2E + G / D + M + E + G$ onde: D = nº de professores com doutorado; M = nº de professores com mestrado; E = nº de professores com especialização; G = nº de professores apenas graduados.	4,61	4,69	4,8	4,85	4,95	Incentivo a realização programas de titulação e cursos de qualificação
	Índice de Qualificação do Corpo Técnico Administrativo	$IQCTA = (5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF) / (D + M + E + G + EM + EF)$ Onde: IQCTA = índice de qualificação do corpo técnico administrativo; D = número de doutores; M = número de mestres; E = número de especialistas; G = número de graduados; EM = número de servidores com ensino médio; EF = número de servidores com ensino fundamental	1,5	1,7	1,9	2,1	2,3	Incentivo a realização programas de titulação e cursos de qualificação
Avaliação do corpo docente- administrativo	Criação de avaliação para o desenvolvimento do corpo docente e administrativo	nº de colaboradores capacitados) / (nº total de colaboradores da ICJ) x 100%	4%	6%	9%	11%	12%	Criação de projetos para dupla titulação de doutorado, na modalidade de cautela, com instituição estrangeiras

	Taxa de Subunidades acadêmicas com quadro de TAEs ajustados	$(\text{N}^\circ \text{ total de subunidades acadêmicas}) / (\text{N}^\circ \text{ de TAEs ajustados}) \times 100$	7%	5%	10%	12	14	Promover o redimensionamento do diagnóstico e levantamento do perfil do servidor
	Ampliação do quadro de pessoal da Unidade	Nº servidores contratados	5	7	10	11	13	Ampliação do quadro de pessoal do Programa, considerando a ampliação das demandas administrativas e acadêmicas, decorrente do aumento do corpo docente e discente.
Perspectiva Infraestrutura e TI								
Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula	Ano Base 2021	Metas		2024	2025	Ações Estratégicas
				2022	2023			Programas / Projetos / Atividades
Prover infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas	Índice de Área Anual construída reformada	$(\text{área reformada} / \text{área construída}) \times 100$	10%	20%	30%	40%	50%	Comunicar necessidades de manutenção e reparos (preventivos e corretivos) na subunidade à Divisão de Infraestrutura
	Índice de manutenção na infraestrutura de TI	$(\text{N}^\circ \text{ de equipamentos em manutenção} / \text{N}^\circ \text{ total de equipamentos que precisam de manutenção}) \times 100$	10%	20%	30%	40%	50%	Manutenção e suporte periódicos de hardware e software
Perspectiva Orçamentária - Financeira								
Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula	Ano Base 2021	Metas		2024	2025	Ações Estratégicas
				2022	2023			Programas / Projetos / Atividades
Priorizar a alocação de recursos em iniciativas estratégicas	Renovação, compra de acervos bibliográficos para a biblioteca	$((\text{Valor de custeio alocado em projetos estratégicos}) / (\text{Valor total de custeio})) \times 100$	7,5	9	10,9	12	13	Compra de livro
			10%	20%	30%	40%	50%	Modernização do Arquivo (PPGD e ICJ)

			7,0	8,9	10	12	14	Implantação de placas Solares, Central de ar para o hall para melhor ambientalização, banheiro exclusivo para servidores, elaboração de plano de gestão orçamentário, Incentivar parcerias para contratação de convênios.
Ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais	% de crescimento de recursos captados	(total de recursos captados/total de outros X 100	20%	30%	40%	50%	60%	Aumentar a captação de recursos extra orçamentários através da gestão de contratos, acordos, convênios e parcerias.

7. Gestão de Risco

O Quadro 45 apresenta os riscos referentes ao Planejamento Tático do ICJ, compondo 20% das iniciativas táticas. A planilha completa de gestão de riscos foi encaminhada à DIGEST para publicação na página da Proplan.

a. Gestão do Plano

Após divulgação do plano, é necessário que o mesmo seja implantado e que a gestão dessa estratégia seja realizada, colocando o plano estratégico em prática. A gestão estratégica tem o desafio de articular o longo e médio prazo com o curto prazo, convertendo os objetivos estratégicos a ações cotidianas da organização.

A gestão do Plano de Desenvolvimento da Unidade ICJ - 2017 a 2020, dar-se-á por meio de implementação, monitoração, avaliação e controle das ações propostas.

Implementação

Nessa primeira fase do PDU, o ICJ deverá realizar um seminário com objetivos de: 1) formar as lideranças para apresentarem relatórios semestrais da evolução das ações, indicadores e metas, com análise dos resultados; 2) comprometer as lideranças/equipes com a solução dos problemas; 3) Criação da Agenda de reuniões de Avaliação Tática (RAT).

Monitoramento

Por meio das observações sistemáticas e dos registros constantes dos relatórios semestrais, em todos os seus aspectos, será checado o progresso das ações propostas no PDU, com o objetivo de dar um retorno satisfatório a toda comunidade (interna e externa) e à administração superior da UFPA, para tomadas de decisão.

Quando se tratar de projeto de ensino, pesquisa e extensão serão fornecidas informações úteis e necessárias para: analisar se os objetivos estão sendo alcançados; determinar se os investimentos feitos no projeto estão sendo bem utilizados; identificar problemas na comunidade ou no projeto, e encontrar soluções; garantir que todas as atividades são executadas corretamente pelas pessoas certas no tempo certo; utilizar lições de experiência de projetos anteriores; determinar se a maneira na qual o projeto foi elaborado é o mais apropriado para a resolução do problema em questão.

Avaliação

O PDU do ICJ como toda ferramenta de gestão, deverá ser avaliado ao final de cada semestre, culminando nas Reuniões de Avaliação Tática, que envolverá docentes, técnico-administrativos, e discentes, no propósito de corrigir possíveis desvios no planejamento e na execução das ações e metas propostas – exercícios 2017-2020.

Controle

A expressão “controle” está associada a “monitoramento”, ou seja, acompanhamento sistemático e detalhado das ações propostas a serem executadas, bem como dos indicadores e metas correspondentes. A gestão do plano, dentro do processo de controle, estabelece procedimentos para realizar observações e verificações das condições e do estado em que se encontra o Plano de Desenvolvimento do ICJ, em pontos estratégicos ao longo do período de sua execução.

Item	Objeto analisado	Risco	Nível de Risco Classificação	Ação de Tratamento Descrição	Unidade/Subunidade Responsável pelo tratamento	Prazo
1	Conscientização sobre a importância da redução do consumo de copos descartáveis	Indiferença de alguns servidores sobre importância das informações compartilhadas	Risco Médio	Sensibilização de gestores e servidores para a relevância da iniciativa tática e adoção de prática mais sustentáveis no ICJ	Almoxarifado/ CPGA	Contínuo
2	capacitação e qualificação através de cursos e treinamentos oferecidos pela própria UFPA e entidades públicas ou particulares externos	Quantidade insuficiente de servidores qualificados	Risco Alto	Promover a capacitação e qualificação através de cursos e treinamentos oferecidos pela própria UFPA e entidades públicas ou particulares externos	CPGA	Contínuo
3	Manutenção e suporte periódicos de hardware e software	Ocorrência de imprevistos na rotina laboral que podem refletir no retardamento da execução da ação	Risco Alto	Possibilitar condições estruturais e tecnológicas para a realização das	TI	Contínuo

				ações táticas da TI		
4	Aumento de captação de recursos decorrente da utilização do auditório	Baixa arrecadação para subsidiar manutenções e inovação.	Risco Médio	monitorar o risco.	CPGA	Contínuo

BIBLIOGRAFIA

Estatuto. Belém, 2006. Disponível em: <http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/estatuto/estatuto.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

Plano de Desenvolvimento da Unidade 2013 a 2015 - ICJ

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Plano de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2016-2025. Belém, 2017.

Regimento geral. Belém, 2006. Disponível em: <http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/regimentos/regimento_geral.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

Relatório de lotação e categoria do SIGRH – UFPA.

Relatório de atividades de 2015 do Instituto de Ciências Jurídicas.

Relatório de atividades de 2016 do Instituto de Ciências Jurídicas.

Resolução N. 622, de 27 de agosto de 2007. Regimento Interno do Instituto de Ciências Jurídicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Plano de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2011-2015. Belém: EDUFPA, 2011. Disponível em: <http://www.proplan.ufpa.br/doc/pdi/PDI_2011-2015.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.